



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 128

TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 261.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1981

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Apelo em favor do asfaltamento de trecho rodoviário entre Formosa e Salto de Itiquira, no Estado de Goiás.

DEPUTADO BRABO DE CARVALHO — Ameaça de paralisação da Universidade do Pará, face a escassez de recursos para o seu funcionamento.

DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA — Dia Internacional do Médico.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Telegrama recebido do Presidente do Instituto de Fibras Vegetais da Amazônia, a respeito de problema enfrentado pelos produtores de juta e malva, face a importação de sacaria de polipropileno pretendida pela Comissão de Financiamento da Produção.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Impossibilidade do cumprimento, por parte de criadores nordestinos, da Portaria n.º 50, de 1981, do Ministério da Agricultura, referente à execução do Programa Nacional de Melhoramento Zootécnico.

DEPUTADO MANOEL ARRUDA — Instalação, em Brasília, da Coordenação do Movimento Pró-Norte e Nordeste.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Destinação que, no entender de S. Ex.^ª, poderia ser dada à Fazenda Piedade, de propriedade do Exército, localizada em Campos-RJ, objetivando a sua transformação em área produtora.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— N.º 95, de 1981-CN (n.º 197/81, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.872, de 21 de maio de 1981, que dispõe sobre a aquisição, pelos concessionários, de energia elétrica excedente gerada por auto-produtores, e dá outras providências.

— N.º 96, de 1981-CN (n.º 203/81, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.873, de 27 de maio de 1981, que dispõe sobre a concessão de

adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores públicos federais, e dá outras providências.

1.3.2 — Designação das Comissões Mistas. Fixação de calendário para a tramitação das matérias

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 262.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1981

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO LUIZ CECHINEL — Reivindicações dos funcionários do Banco Central do Brasil levadas à consideração do Presidente daquele estabelecimento.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Dia do Piauí.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE — Apelo ao Senhor Presidente da República, atinente ao Projeto Jari.

2.2.2 — Ofício

— De presidente de comissão mista, referente a prorrogação de prazo para dar parecer. **Deferido.**

2.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado

— De substituição de membro em comissão mista.

2.2.4 — Leitura de proposta de emenda à Constituição

— N.º 69, de 1981, que altera a letra "a" do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.

2.2.5 — Fala da Presidência

— Anexação da proposta lida à de n.º 67, de 1981, já em tramitação, por versar matéria conexa.

2.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 49/81-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.865, de 26 de fevereiro de 1981, que dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares. **Aprovado. À promulgação.**

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DE COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

MARCOS VIEIRA

Diretor Executivo

FRANCISCO OLÍMPIO PEREIRA MARÇAL

Diretor Industrial

GERALDO FREIRE DE BRITO

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 2.000,00
 Ano Cr\$ 4.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 261.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE OUTUBRO DE 19813.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 46.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ALMIR PINTO

AS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kelume — Eunice Michiles —
 Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves —
 Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa —
 Luiz Fernando Freire — José Sarney — Bernardino Viana —
 Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria —
 Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Nilo
 Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha —
 Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz
 Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla —
 Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar
 Franco — Amaral Furlan — Franco Montoro — Valdão Varjão —
 Vicente Vuolo — José Fragelli — Leite Chaves — Evelásio
 Vieira — Jaison Barreto — Arno Damiani — Paulo Brossard —
 Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo
 Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida —
 PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota —
 PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meireles — PDS; Vi-
 valdo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader
 Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS;
 Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nélio Lobato —
 PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafe-
 teira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José
 Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho —
 PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — Victor Tro-
 vão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão —
 PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton
 Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Bar-
 reto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS;
 Evandro Avres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado
 Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS;
 Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda —
 PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS;
 Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade —
 PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma
 Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino —
 PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio
 Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud —
 PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes
 Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga —
 PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson —
 PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB;
 Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oli-
 veira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra —
 PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra —
 PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes
 Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS;
 Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluzza — PDS; Roberto Freire —
 PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo
 Bulhões — José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça
 Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — Francisco Rol-
 leimberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz —
 PDS; Tertuliano Azevedo.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Car-
 los Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares —
 PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim —
 PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico
 Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; João Alves — PDS;
 Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo —
 PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cor-
 deiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS;
 Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Ur-
 bano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS;
 Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado —
 PDS; Ubaldino Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão —
 PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson
 Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB;
 Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferrazo — PDS; Walter de Prá —
 PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Aleir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peganha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — Hydekel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dário Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athiê Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Mahuly Netto — PDS; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schimidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igô Losso — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Ni-

valdo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassbruger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Julio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 45 Srs. Senadores e 407 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o *Correio Braziliense* de hoje publica notícia segundo a qual o Governador Aimé Lamaison inaugurará nesta manhã o trecho Brazlândia — DF-04, integrante da BR-020. A cerimônia, que deve estar ocorrendo neste momento, estarão presentes o Governador de Goiás, o nosso ex-colega Ary Valadão, Secretários, representantes de Ministros e outras autoridades.

Repetidamente, Sr. Presidente, temos falado a respeito da construção do trecho rodoviário Formosa—Salto de Itiquira, num percurso de apenas 35 quilômetros. A estrada, já está cascalhada e necessita apenas de cobertura asfáltica para permitir o acesso dos habitantes de Brasília e de cidades próximas a Salto de Itiquira. Trata-se de uma área de lazer ideal, verdadeiro oásis, com uma queda d'água de 160 metros, de beleza sem igual. Ali se constroem hotéis e existem piscinas térmicas, *camping*, quadras de esporte e áreas de recreio para atender a todos. Anteriormente, mostramos que as classes média e operária de Brasília não têm meios para frequentar balneários mais distantes da nossa Capital e, por isso mesmo, ficam limitadas ao que existe no Distrito Federal. Nos feriados e fins de semana, principalmente aos domingos, poderiam chegar a Salto de Itiquira sem maiores dificuldades, com um pouco mais de uma hora de trajeto e por um preço razoável. Entretanto, Sr. Presidente, após a cidade de Formosa, o deslocamento até aquele local a que me reporto sacrifica os veículos, sendo grande o desconforto, o que faz com que Itiquira quase não seja procurado, como seria de desejar. Abaixo, no mesmo jornal, há um anúncio da Pousada do Rio Quente, em que, com o transporte de ônibus, um fim de semana custa mais de 11 mil cruzeiros.

Com esses dados que ofereço, desejo, mais uma vez, formular apelo ao Governador Lamaison, para que, de mãos dadas com o Governador Ary Valadão, determine a pavimentação daquele pequeno trecho, o que representaria significativa contribuição para o lazer da população de Brasília e de cidades vizinhas.

Sr. Presidente, este o apelo que estamos transmitindo já há alguns anos. Esperamos que, desta vez, se sensibilizem com as nossas manifestações. Já chegamos mesmo a mencionar a necessidade de que a Comissão do Distrito Federal, do Senado, que tem competência de opinar sobre os assuntos referentes a Brasília, se incumbisse desta missão. Se não o fizer, Sr. Presidente, seria o caso de criarmos uma Comissão Mista de Senadores e Deputados — certamente, as muitas atribuições que têm os Srs. Senadores os impossibilitam de tomar todas as iniciativas que se fazem neces-

sárias — Comissão essa que, com mais amplitude, trataria dos assuntos diretamente com o Governador do Distrito Federal.

Fica, portanto, Sr. Presidente, nosso apelo, na certeza de que os representantes de Goiás e do Distrito Federal com ele se sensibilizarão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Com a palavra o nobre Deputado Brabo de Carvalho.

O SR. BRABO DE CARVALHO (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a imprensa paraense traz ao conhecimento público a ameaça de paralisação da Universidade Federal do Pará, em consequência do comprometimento do seu orçamento para 1981 e a ameaça do corte do reforço orçamentário solicitado pela Reitoria, para o segundo semestre.

Conforme salienta a imprensa, as verbas destinadas pelo Ministério da Educação para a Universidade do Pará sofreram um corte muito grande. De maneira que o orçamento para 1981 praticamente se esgotou no primeiro semestre. Para se ter uma idéia dessa situação, a imprensa registra que o orçamento solicitado foi de 899 milhões e 316 mil cruzeiros. No entanto, só foram concedidos 199 milhões e 418 mil cruzeiros. Ora, é fácil concluir que este corte expressivo no orçamento trouxe para a Universidade do Pará as maiores dificuldades.

Com o orçamento comprometido no primeiro semestre, esta a Universidade com um déficit muito elevado. Para o segundo semestre foi solicitado um reforço de 475 milhões e 281 mil cruzeiros, mas esse reforço foi reduzido para 139 milhões e 839 mil cruzeiros. E o mais grave é que a Secretaria do Planejamento da Presidência da República vem-se negando a pagar esse reforço. Consta, inclusive, que ela quer cancelá-lo. Ora, se isso ocorrer, a situação será desesperadora. A Universidade não terá recursos para o segundo semestre, além de ter um déficit bem elevado do primeiro semestre.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este fato vem colocar a Universidade numa situação precária, ante a ameaça de uma greve geral dos estudantes, com o apoio dos próprios professores. Aliás, os estudantes de Geologia já deflagraram uma greve porque se consideram prejudicados por não receberem da Universidade a ajuda de custo necessária às pesquisas de campo. Com isso, logicamente, ficara comprometido o ensino naquela área da Universidade. Os alunos estão tendo o apoio dos próprios professores, que ficaram de lançar um manifesto em razão da situação. A Reitoria reconhece as dificuldades da Universidade, inclusive deve ter chegado a Brasília uma comissão, composta de professores e alunos, objetivando sensibilizar o Sr. Ministro para a situação grave da Universidade do Pará.

Na qualidade de representantes do povo paraense, denunciaremos a V. Ex.^a e aos Srs. Congressistas esta situação e, ao mesmo tempo, fazemos um apelo aos Srs. Ministros da Educação e do Planejamento para que S. Exas. tomem as providências necessárias a regularizar estes graves problemas da Universidade Federal do Pará. Aliás, parece-me, Sr. Presidente, que não é só a Universidade do Pará que está em crise. Aqui, na Universidade de Brasília, os alunos da Faculdade de Arquitetura se encontram em greve, ameaçados de perder o semestre, por falta de professores, consequência da inexistência de recursos para o pagamento dos salários a que eles têm direito. A situação no Pará é a mesma, só que, ali, não é atingida apenas uma classe, mas toda a Universidade, que, sem recursos, está na iminência de ver paralisados todos os seus trabalhos.

Sr. Presidente, é a denúncia e o apelo que fazemos ao Congresso Nacional (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, comemorou-se, ontem, dia 18 de outubro, em todo o mundo, o Dia Internacional do Médico, data dedicada ao apóstolo São Lucas, patrono da classe, que, em sua peregrinação em busca da compreensão de Deus, é a história de todos os homens através do sofrimento e da angústia, procurando servir da melhor maneira à Humanidade.

O médico é um trabalhador especializado, porém a labuta a que se dedica é sobremaneira edificante, eis que é o profissional que lida essencialmente com a vida humana. Nas suas tarefas cotidianas, seja na área pública ou privada, em hospitais superespecializados ou no mais distante rincão de nossa Pátria, sem condições de exercer de forma ideal sua atividade, realiza na verdade a missão cujo juramento hipocrático deve servir de apanágio para, independentemente de ricos ou pobres, pretos, mulatos, índios ou brancos, católicos, crentes ou agnósticos, tratar de todos da mesma maneira, com um único objetivo: restituir-lhes ou conservar-lhes a saúde.

Assim, as homenagens que se prestaram ontem às instituições e às sociedades médico-hospitalares e muito especialmente aos médicos brasileiros, não se revestiram de simples manifestações de apreço e consideração, mas sobretudo do reconhecimento ao notável trabalho que vêm desempenhando os médicos para a elevação dos padrões sanitários, visando propiciar melhores condições de vida ao nosso povo.

Portanto, como profissional da medicina, atividade que muito me honra e à qual sempre estarei ligado, quero congratular-me com todos os médicos brasileiros, bem como com os demais profissionais do setor de saúde, pela passagem do seu dia, na certeza de que cumprem com zelo, determinação e competência a difícil missão que escolheram: lutar pela saúde do nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Com a palavra o nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pedindo a atenção do Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura, passamos a ler telegrama que recebemos do Presidente do Instituto de Fibras Vegetais da Amazônia, Dr. Oscar Borges, a respeito do grave problema que o setor dedicado à produção da juta e malva está enfrentando com a importação de sacaria de polipropileno, a pretexto de preço menor.

Diz o telegrama:

"Recentemente a CFP esteve a ponto de adquirir sacaria de polipropileno para embalagem à produção agrícola brasileira com a desculpa de ser a preço bem menor. O IFIBRAM apolado pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil e pelas lideranças da Amazônia, conseguiu provar aos dirigentes daquela autarquia que tal aquisição era altamente danosa para a economia amazônica. Porquanto, uma instituição que defende a política de preços mínimos do Governo Federal, inclusive intervindo no mercado em defesa do produtor, como vem ocorrendo na área de juta, chegando a instalar postos de compra de fibras, jamais deveria comprar sacaria de polipropileno (subproduto de petróleo) em detrimento da sacaria de juta, cuja matéria-prima é de origem eminentemente amazônica.

Naquela oportunidade a CFP acatou as ponderações e suspendeu a aquisição pretendida.

Para surpresa do setor de juta/malva, a CEP agora através do Aviso CFP/DEROP/NR 42/81 volta a proceder a concorrência para adquirir sacaria de polipropileno. Embora esta aquisição seja em pequena quantidade (500.000 sacos), mesmo assim representa uma grande preocupação, porquanto, estará aberto um precedente e com isto futuras compras em maiores quantidades serão feitas, o que certamente representará sérios danos à economia da região.

Visando mostrar os prejuízos que poderão advir para a cultura de juta/malva, o IFIBRAM acaba de endereçar àquela autarquia correspondência nesse sentido. Sendo V. Ex.^a um dos defensores do setor, solicitáramos enviasse correspondência à presidência da CFP mostrando também os inconvenientes para o nosso Estado, inclusive pleiteando o cancelamento de tal aquisição. Face o prazo estipulado pela CFP para entrega das propostas, ou seja, até 19 de outubro de 1981, seria interessante que este pleito fosse feito antes daquela data.

Contando com o apoio de V. Ex.^a, subscrevemo-nos Atenciosamente,

Oscar Faria Pacheco Borges, Presidente do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia — IFIBRAM."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, objetivando promover o desenvolvimento da metodologia da inseminação artificial consoante execução do Programa Nacional de Melhoramento Zootécnico, o Ministério da Agricultura baixou, em 11 de fevereiro deste ano, a Portaria n.º 50, que veio estabelecer critérios específicos quanto à industrialização do sêmen destinado à comercialização.

Ocorre, no entanto, que as exigências técnicas implantadas pela Portaria extrapolam as condições infra-estruturais existentes em determinadas áreas produtoras do País, como o caso da Região Nordeste, que há muito se ressentia da falta de um Centro de Provas de Ganho em Peso.

A partir da vigência da Portaria n.º 50, Sr. Presidente, não apenas ressentimentos, mas prejuízos concretos são motivo de sérias preocupações por toda a comunidade agropecuária nordestina, que terá sacrificada a tradicional qualidade do seu rebanho. Se não for, ainda este ano, implantado o Centro Nordestino de Provas de Ganho em Peso, o Nordeste não poderá exportar sêmen, nem, tampouco, participar de exposições pecuárias, uma vez que os regulamentos exigem que os animais expostos participem antes dessas provas só realizadas em Uberaba, Minas Gerais, e Sertãozinho, São Paulo.

Solidarizo-me, Sr. Presidente, à proposta defendida pela Sociedade Nordestina de Criadores, para necessária e definitiva resolução do grave impasse, através da instalação do Centro Nordestino de Provas de Ganho em Peso, em área da Universidade Federal de Pernambuco.

Sendo o Estado de Pernambuco o pioneiro em exportação de reprodutores do Nordeste e detendo o título do rebanho mais premiado do Brasil, com qualidade inúmeras vezes comprovada, justifica-se que o Centro de Provas fique aí sediado. Por outro lado, a Sociedade Nordestina de Criadores tem sua sede em Recife e é delegada do Maranhão para três Estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí.

Baseia-se o programa da instalação do Centro Nordestino de Provas de Ganho em Peso no estabelecimento de convênio entre a Universidade Federal de Pernambuco, o Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura de Pernambuco e a Sociedade Nordestina de Criadores, num valor total de 55 milhões de cruzeiros, com participação do Fundo Federal Agropecuário, no pleito da ordem de 23 milhões de cruzeiros.

A comunidade agropecuária, através da Sociedade Nordestina, mantém-se atenta e plenamente disposta a assumir a responsabilidade do programa, bem como o controle técnico e financeiro da realização.

A preocupação governamental de defender o rebanho bovino nacional da ameaça de herança de anomalias deve, concomitantemente, ser acompanhada de diretrizes de apoio indispensáveis à plena exequibilidade das medidas regulamentares, sem o que distorções de mercado serão carreadas com inevitáveis prejuízos para o produtor nordestino.

São as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Manoel Arruda.

O SR. MANOEL ARRUDA (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quinta-feira passada, às 20,00 horas, na Associação Comercial de Brasília, com a presença de numerosos nordestinos e nortistas aqui residentes, foi instalada a Coordenação do Movimento Pró-Norte e Nordeste na Capital da República. Em Brasília, vamos organizar subcoordenações nas cidades satélites para, em seguida, partirmos para os núcleos nas quadras, sindicatos e associações. Sábado, quando da realização do Simpósio sobre o Nordeste, na Capital baiana, lançamos este movimento naquela cidade e alertamos os participantes do simpósio para o fato de que teremos de partir para uma ação dessa natureza se quisermos ver o Nordeste em progresso crescente.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, representantes do Norte e Nordeste que somos, superprivilegiados porque estamos aqui, representando o povo daquela região — e, pois, temos um apoio logístico muito grande — não podemos dar-nos ao luxo de simplesmente fazer pronunciamentos em defesa dos interesses do Norte e do Nordeste; temos de partir para a organização do povo dessas duas regiões, para que ele, devidamente estruturado, com o apoio dos nortistas e nordestinos residentes em todas as cidades do Brasil, possa reivindicar dos Poderes, pressionando-os a solução definitiva dos seus problemas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, até o final de novembro deve estar saindo um pequeno jornal aqui em Brasília — um mensário — em defesa das idéias do movimento. Queremos aproveitar o ensejo para convidar os representantes do Norte e Nordeste, assim como os que, embora representando outras áreas do Brasil, são originários da nossa, enfim, todos os Parlamentares brasileiros que amam o Brasil e, portanto, querem-no integrado e desenvolvido, para que se engajem no nosso movimento, a fim de lutarmos em conjunto, com amor, com afinho, em benefício do Norte e do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na semana passada transcorreu o dia da fome. E eu estive recordando, como uma reminiscência agradável, um colega nosso, aqui do Parlamento, uma figura excepcional pelo seu talento e por seus estudos, um pesquisador famoso, um brasileiro que se tornou um nome internacional. Trata-se de

Josué de Castro, aquele estudioso do problema da fome, que escreveu "A Geografia da Fome". Recordei-me de que, visitando uma cidade do interior da Romênia, em uma biblioteca eu perguntei qual o livro mais lido ali, naquela unidade cultural, e a bibliotecária me informou: "Geografia da Fome", de Josué de Castro.

Sr. Presidente, tudo isso vem a propósito da necessidade de o Governo tomar providências para aumentar a produção agrícola. E a semana passada, visitando a minha terra natal, o Município de Campos, conversei com um lavrador, filho e neto de lavradores, um estudioso dos problemas da agricultura, o Sr. Irineu Pereira Gonçalves, filho do saudoso Vereador Manoel Gonçalves, que me falou da necessidade de transformarmos as terras da Fazenda Piedade, que hoje pertencem ao Exército, em um presídio agrícola, com uma cooperativa de hortigranjeiros. Sr. Presidente, a princípio pode parecer um problema regional ou local, mas o problema é nacional, porque é o problema da fome. O Município de Campos, que tem, no centro de sua cidade, um mercado dos mais famosos, quase centenário, recebe os produtos hortigranjeiros que consome de São Paulo. Eles não são produzidos na região do norte fluminense, ou no Município de Campos, e, no entanto, bem perto da cidade, ao lado da Vila de Guarulhos, do outro lado do rio Paraíba, há uma área, com 120 alqueires, que pertence ao Exército. Antes, alguns lavradores lá produziam cana, mas, agora, o Exército procurou avocar a si toda a área e deseja vendê-la. Creio que, mediante entendimento com o Ministério da Justiça e com o Governo do Estado, aquela área poderia ser aproveitada para construção de um grande presídio agrícola. Poderíamos fazer aquela região produtora, sobretudo, de hortigranjeiros e de grande interesse também para o presídio. Tenho a impressão de que o Estado do Rio, é, no Brasil, o Estado que tem mais condenados soltos. De acordo com uma estatística realizada, há 20 mil pessoas que foram condenadas e estão soltas. Por isso mesmo, lemos notícias a respeito de escândalos diários, alguns até envolvendo a magistratura. Por que, então, o Ministério da Justiça não cuida deste assunto? Não que ele vá cuidar do presídio agrícola, mas poderá providenciar, com urgência, entendimentos com o Governo do Estado com o objetivo de transformar a Fazenda da Piedade numa grande área produtora, para abastecer todo o norte fluminense.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1981-CN, referente ao Decreto-lei n.º 1.865, de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à leitura das Mensagens Presidenciais n.ºs 95 e 96, de 1981-CN, que será feita pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes

MENSAGEM N.º 95, DE 1981 (CN)

(N.º 197/81, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Minas e Energia e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, o texto do Decreto-lei n.º 1.872, de 21 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, que "dispõe sobre a aquisição, pelos concessionários, de energia elétrica excedente gerada por autoprodutores, e dá outras providências".

Brasília, 27 de maio de 1981. — João Figueiredo.

E.M. n.º 69/81

Em 29-4-81.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Temos a honra de encaminhar à apreciação de Vossa Excelência sugestão de Decreto-lei que dispõe sobre a aquisição pelos concessionários de serviço público de eletricidade de energia elétrica excedente gerada por autoprodutores com a utilização de fontes energéticas que não empreguem combustível derivado de petróleo, bem como sobre a possibilidade de, em situações excepcionais, ser esse suprimento determinado de forma compulsória.

2. Pela legislação vigente (cf. Código de Águas — Decreto n.º 24.643, de 10-7-34 — art. 141; Decreto-lei n.º 2.281, de 5-6-40, art. 10; Decreto n.º 41.019, de 26-2-57, art. 66) os autoprodutores

— assim considerados os titulares de concessão ou autorização federal para a produção de energia elétrica destinada a seu uso exclusivo — so podem gerar energia para utilização própria, sendo-lhes proibido vendê-la ou cedê-la, mesmo a título gratuito.

3. Ora, face à crise mundial de energia, tem sido diretriz do Governo de Vossa Excelência conduzir o País à plena utilização dos recursos energéticos nacionais.

4. Dentro dessa orientação, é de grande importância econômica o uso racional e integral de toda a capacidade instalada em parques geradores de eletricidade, pertençam eles a concessionários ou a autoprodutores.

Busca-se, portanto, permitir aos concessionários a aquisição, mediante pagamento, dos excedentes de energia gerada pelos autoprodutores que utilizem para tanto combustíveis não derivados de petróleo.

5. Vale dizer que essa providência, a par de seu grande alcance ao longo do tempo, propiciará condições para solução, a curto prazo, de necessidades prementes de determinadas regiões do País — casos específicos de algumas áreas do Estado de Mato Grosso do Sul e do Território Federal de Rondônia — em que a expansão da capacidade geradora dos concessionários não tem podido acompanhar e satisfazer o crescimento potencial do mercado consumidor de energia elétrica, que aumenta proporcionalmente ao acelerado ritmo do desenvolvimento local.

6. Ao mesmo tempo, tendo em conta o agravamento da problemática mundial pertinente ao petróleo, em decorrência de conflito armado envolvendo países que o produzem, julgamos oportuno possibilitar, desde já, a adoção, em situação de emergência, de medida de maior peso, qual seja, a determinação do suprimento compulsório de energia elétrica dos autoprodutores aos concessionários de serviço público de eletricidade.

Tal medida, de competência do Ministro das Minas e Energia, teria como rigorosos requisitos a ocorrência de escassez de energia elétrica, ou sua comprovada perspectiva, considerados apenas os sistemas dos concessionários, o pagamento da energia suprida, o respeito à disponibilidade de energia elétrica excedente do autoprodutor e as necessidades de eletricidade para o atendimento a atividades essenciais.

7. Finalmente, a anexa proposta atribui ao órgão técnico governamental responsável diretamente pelo setor elétrico — Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, do Ministério das Minas e Energia — competência para estipular as condições a serem observadas na aquisição de que se trata, inclusive no que toca ao seu pagamento.

8. Dada a urgência de que se reveste a matéria — cf. item 5 acima — seu relevante interesse público — empenhada que está toda a Nação no esforço voltado à busca de nossa independência energética — e por cuidar de energia elétrica, atividade considerada pertinente à segurança nacional — cf. Decreto-lei n.º 1.632, de 4-8-78 — pretende-se seja ela objeto de Decreto-lei, tendo por fundamento o permissivo constitucional contido no art. 55, *caput*, e item I do Texto Superior.

Reafirmamos a Vossa Excelência a expressão do nosso mais profundo respeito. — César Cals, Ministro das Minas e Energia — Danilo Venturini, Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

DECRETO-LEI N.º 1.872, DE 21 DE MAIO DE 1981

Dispõe sobre a aquisição, pelos concessionários de energia elétrica excedente gerada por autoprodutores, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Os concessionários de serviço público de eletricidade ficam autorizados a adquirir de autoprodutores energia elétrica excedente por estes gerada com a utilização de fontes energéticas que não empreguem combustível derivado de petróleo.

Art. 2.º Para os efeitos deste Decreto-lei, considera-se:

I — “autoprodutor”, o titular de concessão ou autorização federal para a produção de energia elétrica destinada a seu uso exclusivo;

II — “energia elétrica excedente”, a diferença entre a geração elétrica que pode ser obtida pela plena utilização da capacidade instalada do autoprodutor e o seu consumo próprio.

Art. 3.º Em situações excepcionais, caracterizadas pela escassez de energia elétrica, ou sua perspectiva, pode ser determinado aos autoprodutores o suprimento compulsório dessa energia aos concessionários de serviço público de eletricidade.

§ 1.º O suprimento compulsório de que trata este artigo tem como limites:

I — a energia elétrica excedente de que disponha o autoprodutor;

II — o montante de energia elétrica suficiente ao atendimento pelo concessionário a atividades essenciais.

§ 2.º Cabe ao Ministro das Minas e Energia determinar o suprimento compulsório.

Art. 4.º Compete ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE detalhar as condições a serem observadas na aplicação do disposto neste Decreto-lei, inclusive no que se refere ao pagamento a ser feito pelos concessionários aos autoprodutores, tanto em caso de suprimento consensual (art. 1.º) quanto em compulsório (art. 3.º).

Art. 5.º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República. — **JOÃO FIGUEIREDO** — Danilo Venturini.

MENSAGEM N.º 96, DE 1981 (CN)

(N.º 203/81, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, o texto do Decreto-lei n.º 1.873, de 27 de maio de 1981, publicado no *Diário Oficial* da União do dia subsequente, que “dispõe sobre a concessão de adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores públicos federais, e dá outras providências”.

Brasília, 1.º de junho de 1981. — **João Figueiredo**.

E.M. 094.

Em 12 de maio de 1981.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O art. 6.º do Decreto-lei n.º 1.341, de 1974, determinou a interrupção do pagamento de quaisquer retribuições que estivessem sendo percebidas, a qualquer título e sob qualquer forma, pelos titulares dos cargos incluídos no Sistema de Classificação instituído pela Lei n.º 5.645, de 1970, ressaltando-se a concernente ao salário-família, à gratificação adicional e às demais gratificações e às indenizações previstas no Anexo II ao mesmo Decreto-lei.

2. Entre as atividades consideradas insalubres pela legislação anterior, aquele Decreto-lei contemplou apenas as que exigem se opere com Raios X ou substâncias radioativas.

3. Os servidores públicos, trabalhistas e estatutários, incluídos no Plano percebem como insalubridade tão-somente a gratificação por trabalhos com Raios X e substâncias radioativas, com base no Decreto-lei n.º 1.341, de 1974, e respectivas alterações posteriores. Os servidores celetistas não incluídos no Plano recebem o adicional de insalubridade, nos exatos termos da legislação trabalhista.

4. Por sua vez, aos servidores em geral, incluídos no Plano, é pago, com base no Decreto-lei n.º 1.352, de 1974, o adicional de periculosidade em virtude do desempenho de atividades que exigem contato permanente com explosivos e inflamáveis. Já os servidores celetistas, não incluídos no Plano, que prestem serviços em condições de periculosidade percebem o correspondente adicional na forma da legislação trabalhista.

5. Os servidores estatutários não enquadráveis no Plano, ainda que trabalhem em condições de periculosidade, não usufruem da correspondente vantagem por falta de previsão legal.

6. Constantes têm sido as pretensões manifestadas pelos órgãos e servidores públicos, que exercem atividades consideradas insalubres e perigosas, nos termos da legislação do trabalho, no sentido de lhes serem pagos os correspondentes adicionais e que são percebidos pelos empregados da empresa privada.

7. Na presente proposição, este Departamento visou a dispensar ao servidor público o mesmo tratamento concedido pela lei aos empregados da empresa privada, mantendo, porém, o disciplinamento relativo à gratificação por trabalhos com Raios X e substâncias radioativas, com o intuito de respeitar o direito adquirido pelos servidores que, atualmente, a percebem. Em consequência, será observada, na espécie, a mesma legislação nas concessões futuras.

8. Outra inovação que cumpre destacar é a relativa à gratificação de interiorização que está sendo criada com a finalidade de estimular a prática da medicina, em localidades do interior do País, onde há carência de médicos. Em consonância, está sendo prevista a proibição de conceder-se a vantagem aos servidores que exerçam suas atribuições em capitais de Estados, Distrito Federal e em municípios com população superior a sessenta mil habitantes,

bem como nas cidades que se encontrem situadas na faixa de cinquenta quilômetros das capitais.

9. A respeito da gratificação de nível superior, vale aclarar que está sendo modificada a redação do parágrafo único do art. 7.º do Decreto-lei n.º 1.820, de 1980, com o objetivo de permitir-se o pagamento integral da vantagem e não pela metade, como atualmente ocorre em relação aos servidores que cumprem carga horária semanal inferior a quarenta horas, pois o seu deferimento decorre da titularidade de cargo ou de emprego de nível superior e não da correspondente jornada de trabalho.

10. Finalmente, cabe ressaltar que também se aproveitou o ensejo para criar a classe especial para as categorias funcionais de Médico, Médico de Saúde Pública (em extinção), Médico do Trabalho e Médico Veterinário, com as jornadas de trabalho de 4 e 6 horas, bem como elevar a referência inicial do médico sujeito à jornada de 4 (quatro) horas para a NS-4.

11. Ante o exposto, tenho a honra de submeter o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, com a presente proposição.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de alta consideração e respeito. — **José Carlos Soares Freire**, Diretor-Geral.

DECRETO-LEI N.º 1.873, DE 27 DE MAIO DE 1981

Dispõe sobre a concessão de adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores públicos federais, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os adicionais de insalubridade e de periculosidade serão concedidos aos servidores públicos federais nas condições disciplinadas pela legislação trabalhista.

Parágrafo único. O adicional de insalubridade por trabalhos com raios X ou substâncias radioativas continuará a ser deferido nos termos do artigo 11 do Decreto-lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, e nas demais normas em vigor na data de vigência deste Decreto-lei.

Art. 2.º Fica incluída no Anexo II do Decreto-lei n.º 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Interiorização, com a definição, beneficiários e bases de concessão estabelecidos no Anexo I deste Decreto-lei.

Art. 3.º A Gratificação de Interiorização será calculada com base no vencimento ou salário-base correspondente ao cargo efe-

tivo ou emprego permanente, não sendo considerada para efeito de qualquer vantagem ou indenização.

Art. 4.º A gratificação de que trata este Decreto-lei será concedida aos servidores que se encontrarem em efetivo exercício em cidades do interior do País.

Parágrafo único. Considerar-se-ão como de efetivo exercício, para os efeitos deste Decreto-lei, exclusivamente, os afastamentos em virtude de:

I — férias;

II — casamento;

III — luto;

IV — licenças para tratamento da própria saúde, a gestante ou em decorrência de acidente em serviço;

V — prestação eventual de serviço por prazo inferior a 30 (trinta) dias, em localidade não abrangida por este Decreto-lei.

Art. 5.º É vedada, a qualquer título, a concessão da gratificação a que se refere o art. 3.º deste Decreto-lei, a servidores em exercício em Capitais de Estados, Distrito Federal e em Municípios com população superior a 60.000 (sessenta mil) habitantes, bem como nas cidades distantes até 50 (cinquenta) quilômetros das capitais.

Art. 6.º O parágrafo único do art. 7.º do Decreto-lei n.º 1.820, de 11 de dezembro de 1980, passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo único. A gratificação a que se refere este artigo é também devida, na mesma base de cálculo, ao ocupante de cargo ou emprego incluído em categoria funcional de nível superior do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e que, por força da legislação em vigor, estiver sujeito à jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais.”

Art. 7.º O Anexo IV do Decreto-lei n.º 1.820, de 1980, fica alterado na forma do Anexo II deste Decreto-lei.

Art. 8.º O Poder Executivo baixará os atos necessários ao cumprimento deste Decreto-lei.

Art. 9.º Os efeitos financeiros deste Decreto-lei vigoram a partir de 1.º de junho de 1981.

Art. 10. A despesa resultante da aplicação deste Decreto-lei correrá à conta das dotações orçamentárias específicas da União e de suas autarquias.

Art. 11. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1981; 160.º da Independência e 93.º da República. — **João Figueiredo**.

A N E X O I

(Art. 2º do Decreto-lei nº 1.873, de 27 de maio de 1981)

"Anexo II"

(art. 6º, item III, do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974)

DENOMINAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES E INDENIZAÇÕES	DEFINIÇÃO	BASES DE CONCESSÃO E VALORES
XXII - GRATIFICAÇÃO DE INTERIORIZAÇÃO	Devida aos servidores pertencentes às categorias funcionais de Médico, Médico Veterinário, Médico do Trabalho, Médico de Saúde Pública (em extinção) e de Sanitarista, (na especialidade Médica), pelo exercício em cidades do interior do País.	Correspondente aos percentuais abaixo especificados e incidentes sobre o vencimento ou salário, cessando a concessão e o pagamento com a aposentadoria e a relocação do servidor em cidade não contemplada com a vantagem: Municípios com até 20.000 habitantes..... 60% Municípios com até 40.000 habitantes..... 50% Municípios com até 60.000 habitantes..... 40%

ANEXO II

(art. 7º do Decreto-lei nº 1.873, de 27 de maio de 1981)

"ANEXO IV"

(art. 3º do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980)

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
.....
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (NS-900 ou LT-NS-900)
.....
.....	c) Médico	NS-901 ou LT-NS-901	CLASSE ESPECIAL - NS-16 a 19
.....	Médico de Saúde Pública (em extinção)	NS-902 ou LT-NS-902	CLASSE C - NS-12 a 15
.....	Médico do Trabalho	NS-903 ou LT-NS-903	CLASSE B - NS-7 a 11
.....	Médico Veterinário (jornada de 4 horas)	NS-910 ou LT-NS-910	CLASSE A - NS-4 a 6
.....	d) Médico	NS-901 ou LT-NS-901	CLASSE ESPECIAL - NS-22 a 25
.....	Médico de Saúde Pública (em extinção)	NS-902 ou LT-NS-902	CLASSE C - NS-18 a 21
.....	Médico do Trabalho	NS-903 ou LT-NS-903	CLASSE B - NS-15 a 17
.....	Médico Veterinário (jornada de 6 horas)	NS-910 ou LT-NS-910	CLASSE A - NS-11 a 14
.....
.....	j) Odontólogo (jornada de 6 horas em extinção)	NS-909 ou LT-NS-909	CLASSE C - NS-18 a 21 CLASSE B - NS-15 a 17 CLASSE A - NS-11 a 14

DECRETO-LEI Nº 1.341, DE 22 DE AGOSTO DE 1974
Dispõe sobre a implantação gradualista do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

ANEXO II

(Art. 6º, Item III, do Decreto Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974)

Denominação das Gratificações e Indenizações	Definição	Bases de Concessão e Valores
I — GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	Vantagem atribuída por quinquênio de efetivo exercício	5% (cinco por cento) do valor do vencimento do cargo efetivo percebido pelo funcionário até 1 (sete) quinquênios
II — GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE	Indenização devida ao servidor pelo exercício de representação do Estado ou do Município em Comissões, no Gabinete do Serviço Nacional de Informação, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, nos Gabinetes de Ministros de Estado, de Dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República e dos Secretários-Gerais dos Ministérios Civis	Fixada em Regulamento
III — GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO OU ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA	Vantagem destinada a retribuir o exercício de funções integrantes do Grupo — Direção e Assistência Intermediária, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e atribuições correlatas com as do cargo efetivo	Correlação com Cargos Funcionais de Nível Superior DAI-3 500,00 DAI-2 300,00 DAI-1 200,00 Correlação com as demais Categorias Funcionais DAI-3 800,00 DAI-2 700,00 DAI-1 500,00
IV — GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO	Vantagem destinada a retribuir o exercício além do número de horas de trabalho estabelecido para a Categoria Funcional, a que pertence o cargo ocupado pelo funcionário.	Fixada em Regulamento
V — GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ORÇÃO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA	Retribuição comparável às vantagens de orçãos coletivos, classificadas na forma da Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971	Fixada em Regulamento
VI — GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO EM DETERMINADAS ZONAS OU LOCAIS	Indenização devida ao servidor pelo exercício em zona ou local insalubre, de difícil acesso ou precárias condições de vida, quando resultar de deslocamento do funcionário da respectiva sede originária de serviço	Fixada em Regulamento geral, ou em regulamentações específicas referentes ao Grupo — Polícia Federal, às Categorias Funcionais com atividades próprias das Campanhas de Saúde Pública, ao exercício em Territórios Federais e a outros casos que, por sua natureza, justifiquem o estabelecimento de normas próprias
VII — GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RAIOS X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS	Indenização devida ao servidor pelo trabalho com Raios X ou substâncias radioativas.	20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do vencimento percebido pelo funcionário na forma prevista na Lei nº 5.921, de 19 de setembro de 1973
VIII — GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO DE NATUREZA ESPECIAL	Vantagem que poderá ser concedida ao servidor em exercício no Serviço Nacional de Informações pelo desempenho de tarefas de natureza especial	Fixada em Regulamento específico
IX — AUXÍLIO PARA MORADIA	Devida ao servidor pertencente ao Grupo — Polícia Federal, na forma da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1969, mandando servir fora da sede originária de serviço, quando não for ocupar próprio nacional	Fixado em Regulamento

Denominação das Gratificações e Indenizações	Definição	Bases de Concessão e Valores
X — DIÁRIAS	Indenização destinada a atender às despesas extraordinárias de alimentação e hospedagem, durante o período de deslocamento eventual do funcionário da respectiva sede em objeto de serviço.	Fixadas de acordo com as normas estabelecidas em Regulamento, não podendo ser superior, no caso do pessoal das Campanhas de Saúde Pública, a 1/30 (um trinta avos) do valor de vencimento mensal percebido pelo funcionário
XI — AJUDA DE CUSTO	Indenização destinada ao custeio das despesas de viagem, mudança e instalação exceto de transporte do funcionário mandado servir em nova sede, em termos de permanência definitiva	Fixada na forma do Regulamento não podendo ser superior à importância correspondente a 3 (três) meses de vencimento nem haver nova concessão antes do decorrer de 12 (doze) meses do deslocamento anterior
XII — TRANSPORTE	Indenização devida ao funcionário que se deslocar da sede em objeto de serviço, compreendendo passagens e no caso de deslocamento definitivo bagagem, passagem de dependentes e de serviços.	Fixado em Regulamento.

DECRETO-LEI Nº 1.445, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1976

Reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do Poder Executivo, dos membros da Magistratura e do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.

Art. 11. O percentual referente à Gratificação por Trabalho com Raios X ou Substâncias Radioativas é fixado em 40% (quarenta por cento), de conformidade com a Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, e na forma estabelecida no Anexo VII deste decreto-lei.

DECRETO-LEI Nº 1.820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como das pensões e dá outras providências.

Art. 7.º A Gratificação de Atividade instituída pelo artigo 10 do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, passa a denominar-se Gratificação de Nível Superior, mantidas as características, definição, beneficiários e base de concessão estabelecidos em Lei.

Parágrafo único. O ocupante de cargo ou emprego incluído em categoria funcional de nível superior do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970 e que, por força da legislação em vigor, estiver sujeito à jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais fará jus a 50% (cinquenta por cento) da gratificação prevista neste artigo.

ANEXO IV
(Art. 39 do Decreto-lei 1.820 de 11 de dezembro de 1980)

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (PCT-200 ou LT-PCT-200)	Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza	PCT-201 ou LT-PCT-201	CLASSE ESPECIAL - NS 23 a 25
	Pesquisador em Ciências da Saúde	PCT-202 ou LT-PCT-202	Pesquisador - NS 19 a 22 Pesquisador Associado B - NS 16 a 18
	Pesquisador em Ciências Sociais e Humanas	PCT-203 ou LT-PCT-203	Pesquisador Associado A - NS 13 a 15
	Pesquisador em Tecnologia e Ciências Agrícolas	PCT-204 ou LT-PCT-204	Pesquisador Assistente B - NS 10 a 12 Pesquisador Assistente A - NS 5 a 9
TRIBUTAÇÃO, ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (TAF-600)	a) - Fiscal de Tributos Federais	TAF-601	CLASSE ESPECIAL - NS 23 a 25 CLASSE C - NS 19 a 22 CLASSE B - NS 16 a 18 CLASSE A - NS 10 a 15
	b) - Controlador da Arrecadação Federal	TAF-602	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 24 CLASSE C - NS 19 a 21 CLASSE B - NS 15 a 18 CLASSE A - NS 8 a 14
	c) - Fiscal de Tributos de Açúcar e Alcool	TAF-604	CLASSE ESPECIAL - NS 20 a 22 CLASSE C - NS 16 a 19 CLASSE B - NS 11 a 15 CLASSE A - NS 5 a 10
	d) - Fiscal de Contribuições Previdenciárias	TAF-605	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 24 CLASSE C - NS 18 a 21 CLASSE B - NS 15 a 17 CLASSE A - NS 8 a 14

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
POLÍCIA FEDERAL (PF-500)	a) Delegado de Polícia Federal	PF-501	CLASSE ESPECIAL - NS 23 a 25 CLASSE C - NS 17 a 22 CLASSE B - NS 15 a 16 CLASSE A - NS 12 a 14
	b) Perito Criminal	PF-502	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25 CLASSE C - NS 17 a 21 CLASSE B - NS 12 a 16 CLASSE A - NS 5 a 11
	c) Técnico de Censura	PF-503	CLASSE ESPECIAL - NS 19 a 21 CLASSE C - NS 14 a 18 CLASSE B - NS 10 a 13 CLASSE A - NS 5 a 9
	d) Escrivão de Polícia Federal Agente de Polícia Federal Papiloscopista Policial	PF-504 PF-505 PF-506	CLASSE ESPECIAL - NS 30 a 32 CLASSE B - NS 25 a 29 CLASSE A - NS 21 a 24

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
ARTESANATO (ART-700 ou LT-ART-700)	a) - Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia Artífice de Mecânica Artífice de Eletricidade e Comunicações Artífice de Carpintaria e Marcenaria Artífice de Munição e Pirotecnia Artífice de Artes Gráficas Artífice de Aeronáutica	ART-701 ou LT-ART-701 ART-702 ou LT-ART-702 ART-703 ou LT-ART-703 ART-704 ou LT-ART-704 ART-705 ou LT-ART-705 ART-706 ou LT-ART-706 ART-707 ou LT-ART-707	CLASSE ESPECIAL - NM 28 a 30 Mestre - NM 23 a 27 Contramestre - NM 17 a 22 Artífice Especializado - NM 13 a 16 Artífice - NM 7 a 12
	b) - Auxiliar de Artífice	ART-709 ou LT-ART-709	Auxiliar de Artífice - NM 1 a 6
SERVIÇOS AUXILIARES (SA-800 ou LT-SA-800)	a) - Agente Administrativo	SA-801 ou LT-SA-801	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE C - NM 25 a 29 CLASSE B - NM 21 a 24 CLASSE A - NM 17 a 20
	b) - Datilógrafo	SA-802 ou LT-SA-802	CLASSE ESPECIAL - NM 21 a 23 CLASSE B - NM 17 a 20 CLASSE A - NM 9 a 16

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
SERVIÇOS AUXILIARES (SA-800 ou LT-SA-800)	c) Oficial de Chancelaria	SA-803 ou LT-SA-803	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE B - NM 25 a 29 CLASSE A - NM 21 a 24
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (NS-900 ou LT-NS-900)	a) - Arquiteto	NS-917 ou LT-NS-917	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25 CLASSE C - NS 17 a 21
	Atuário	NS-925 ou LT-NS-925	CLASSE B - NS 12 a 16
	Auditor	NS-934 ou LT-NS-934	CLASSE A - NS 5 a 11
	Contador	NS-924 ou LT-NS-924	
	Economista	NS-922 ou LT-NS-922	
	Engenheiro	NS-916 ou LT-NS-916	
	Engenheiro Agrônomo	NS-912 ou LT-NS-912	
	Estatístico	NS-926 ou LT-NS-926	
	Geólogo	NS-920 ou LT-NS-920	
	Inspetor do Trabalho	NS-933 ou LT-NS-933	
	Inspetor de Abastecimento	NS-937 ou LT-NS-937	
	Odontólogo	NS-909 ou LT-NS-909	

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (NS-900 ou LT-NS-900)	Químico	NS-921 ou LT-NS-921	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25 CLASSE C - NS 17 a 21
	Técnico de Administração	NS-923 ou LT-NS-923	CLASSE D - NS 12 a 16
	Técnico em Assuntos Educativos	NS-927 ou LT-NS-927	CLASSE A - NS 5 a 11
	Técnico em Ensino e Orientação Educacional	NS-936 ou LT-NS-936	
	Técnico em Seguros	NS-935 ou LT-NS-935	
	Zootecnista	NS-911 ou LT-NS-911	
	b) - Farmacêutico	NS-908 ou LT-NS-908	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25 CLASSE B - NS 14 a 21 CLASSE A - NS 5 a 13
	c) - Médico	NS-901 ou LT-NS-901	CLASSE C - NS 12 a 15 CLASSE B - NS 7 a 11 CLASSE A - NS 1 a 6
	Médico de Saúde Pública (em extinção)	NS-902 ou LT-NS-902	
	Médico do Trabalho	NS-903 ou LT-NS-903	
	Médico Veterinário (jornada de 4 horas)	NS-910 ou LT-NS-910	

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (NS-900 ou LT-NS-900)	d) - Médico	NS-901 ou LT-NS-901	CLASSE C - NS 18 a 21 CLASSE B - NS 15 a 17 CLASSE A - NS 11 a 14
	Médico de Saúde Pública (em extinção)	NS-902 ou LT-NS-902	
	Médico do Trabalho	NS-903 ou LT-NS-903	
	Médico Veterinário	NS-910 ou LT-NS-910	
	Odontólogo	NS-909 ou LT-NS-909	
	(Jornada de 6 horas)		
	e) - Engenheiro Florestal	NS-913 ou LT-NS-913	CLASSE ESPECIAL - NS 19 a 21 CLASSE C - NS 14 a 18
	Geógrafo	NS-919 ou LT-NS-919	CLASSE B - NS 9 a 13 CLASSE A - NS 1 a 8
	Psicólogo	NS-907 ou LT-NS-907	
	Técnico em Assuntos Culturais	NS-928 ou LT-NS-928	
	Técnico em Comunicação Social	NS-931 ou LT-NS-931	
	f) - Técnico em Comunicação Social (da antiga Agência Nacional e do Departamento de Imprensa Nacional)	NS-931 ou LT-NS-931	CLASSE C - NS 15 a 17 CLASSE B - NS 11 a 14 CLASSE A - NS 8 a 10
	(Jornada de 7 horas)		

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (NS-900 ou LT-NS-900)	g) - Sociólogo	NS-929 ou LT-NS-929	CLASSE ESPECIAL - NS 20 a 21 CLASSE B - NS 12 a 19 CLASSE A - NS 1 a 11
	h) - Assistente Social	NS-930 ou LT-NS-930	CLASSE ESPECIAL - NS 19 a 21
	Bibliotecário	NS-932 ou LT-NS-932	CLASSE B - NS 10 a 18 CLASSE A - NS 1 a 9
	Engenheiro Agrimensor	NS-924 ou LT-NS-924	
	Engenheiro de Operações	NS-918 ou LT-NS-918	
	Meteorologista	NS-915 ou LT-NS-915	
	Nutricionista	NS-905 ou LT-NS-905	
	Técnico em Reabilitação	NS-906 ou LT-NS-906	
	Tradutor e Intérprete	LT-NS-938	
	i) - Enfermeiro	NS-904 ou LT-NS-904	CLASSE ESPECIAL - NS 19 a 21 CLASSE B - NS 11 a 18 CLASSE A - NS 1 a 10

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (NM-1000 ou LT-NM-1000)	a) - Agente de Colocação	NM-1030 ou LT-NM-1030	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE B - NM 24 a 29 CLASSE A - NM 17 a 23
	Agente de Comunicação Social	NM-1032 ou LT-NM-1032	
	Agente de Higiene e Segurança do Trabalho	NM-1029 ou LT-NM-1029	
	Agente de Inspeção de Indústria e Comércio	NM-1020 ou LT-NM-1020	
	Agente de Segurança de Tráfego Aéreo	NM-1041 ou LT-NM-1041	
	Agente de Serviços Complementares	NM-1004 ou LT-NM-1004	
	Auxiliar de Enfermagem	NM-1001 ou LT-NM-1001	
	Desenhista	NM-1014 ou LT-NM-1014	
	Taquígrafo	NM-1035 ou LT-NM-1035	
	Técnico de Contabilidade	NM-1042 ou LT-NM-1042	
	Técnico em Cadastro Rural	NM-1011 ou LT-NM-1011	
	Técnico em Cartografia	NM-1015 ou LT-NM-1015	
	Técnica em Colonização	NM-1012 ou LT-NM-1012	

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VINCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (NM-1000 ou LT-NM-1000)	Tecnologista	NM-1018 ou LT-NM-1018	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE B - NM 24 a 29 CLASSE A - NM 17 a 23
	Tradutor (em extinção)	NM-1034 ou LT-NM-1034	
	b) - Técnico em Radiologia	NM-1003 ou LT-NM-1003	CLASSE ESPECIAL - NM 26 a 28 CLASSE B - NM 23 a 25 CLASSE A - NM 17 a 22
	c) - Agente de Diligências do Tribunal Marítimo Agente de Dragagem e Barragem Agente de Inspeção da Pesca Assistente Sindical Metrologista	NM-1039 ou LT-NM-1039 NM-1040 ou LT-NM-1040 NM-1009 ou LT-NM-1009 NM-1028 ou LT-NM-1028 NM-1019 ou LT-NM-1019	CLASSE ESPECIAL - NM 27 a 29 CLASSE B - NM 21 a 26 CLASSE A - NM 13 a 20
	d) - Agente de Mecanização de Apoio Técnico em Recursos Minerais	NM-1043 ou LT-NM-1043 NM-1016 ou LT-NM-1016	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE C - NM 25 a 29 CLASSE D - NM 19 a 24 CLASSE A - NM 12 a 18

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VINCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (NM-1000 ou LT-NM-1000)	e) Técnico em Recursos Hídricos	NM-1031 ou LT-NM-1031 NM-1017 ou LT-NM-1017	CLASSE ESPECIAL - NM 27 a 29 CLASSE C - NM 23 a 26 CLASSE B - NM 19 a 22 CLASSE A - NM 12 a 18
	f) - Identificador Datiloscópico	NM-1036 ou LT-NM-1036	CLASSE ESPECIAL - NM 25 a 27 CLASSE B - NM 19 a 24 CLASSE A - NM 12 a 18
	g) - Agente de Atividades Marítimas e Fluviais	NM-1037 ou LT-NM-1037	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE D - NM 25 a 29 CLASSE C - NM 23 a 24 CLASSE B - NM 19 a 22 CLASSE A - NM 13 a 18
	h) - Auxiliar em Assuntos Culturais (Jornada de 8 horas)	NM-1026 ou LT-NM-1026	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE C - NM 23 a 29 CLASSE D - NM 15 a 22 CLASSE A - NM 6 a 14
	i) - Auxiliar em Assuntos Culturais (na área de música) (Jornada de 6 horas)	NM-1026 ou LT-NM-1026	CLASSE C - NM 21 a 25 CLASSE B - NM 13 a 20 CLASSE A - NM 4 a 12

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (NM-1000 ou LT-NM-1000)	j) - Agente de Defesa Florestal	NM-1008 ou LT-NM-1008	CLASSE ESPECIAL - NM 27 a 29 CLASSE C - NM 20 a 26 CLASSE B - NM 13 a 19 CLASSE A - NM 5 a 12
	k) - Auxiliar de Meteorologia	NM-1010 ou LT-NM-1010	CLASSE ESPECIAL - NM 20 a 23 CLASSE B - NM 13 a 19 CLASSE A - NM 4 a 12
	l) - Telefonista	NM-1044 ou LT-NM-1044	CLASSE ESPECIAL - NM 17 a 19 CLASSE B - NM 12 a 16 CLASSE A - NM 4 a 11
	m) - Agente de Telecomunicações e Eletricidade Auxiliar em Assuntos Educacionais	NM-1027 ou LT-NM-1027 NM-1025 ou LT-NM-1025	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE D - NM 25 a 29 CLASSE C - NM 20 a 24 CLASSE B - NM 13 a 19 CLASSE A - NM 5 a 12
	n) - Agente de Assuntos da Indústria Açucareira Agente de Atividades Agropecuárias Agente de Comercialização do Café	NM-1024 ou LT-NM-1024 NM-1007 ou LT-NM-1007 NM-1022 ou LT-NM-1022	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE D - NM 23 a 29 CLASSE C - NM 16 a 22 CLASSE B - NM 7 a 15 CLASSE A - NM 1 a 6

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (NM-1000 ou LT-NM-1000)	Agente de Saúde Pública (em extinção) Agente de Serviços de Engenharia	NM-1002 ou LT-NM-1002 NM-1013 ou LT-NM-1013	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE D - NM 23 a 29 CLASSE C - NM 16 a 22 CLASSE B - NM 7 a 15 CLASSE A - NM 1 a 6
	o) - Agente de Assuntos da Indústria Madeireira	NM-1023 ou LT-NM-1023	CLASSE ESPECIAL - NM 27 a 29 CLASSE D - NM 23 a 26 CLASSE C - NM 16 a 22 CLASSE B - NM 3 a 9 CLASSE A - NM 1 a 2
	p) - Agente de Transporte Marítimo e Fluvial Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	NM-1038 ou LT-NM-1038 NM-1006 ou LT-NM-1006	CLASSE ESPECIAL - NM 24 a 26 CLASSE D - NM 20 a 23 CLASSE C - NM 14 a 19 CLASSE B - NM 5 a 11 CLASSE A - NM 1 a 4
	q) - Técnico de Laboratório (jornada de 8 horas)	NM-1005 ou LT-NM-1005	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE C - NM 25 a 29 CLASSE B - NM 17 a 24 CLASSE A - NM 1 a 6

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTOS OU SALÁRIO POR CLASSE
OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (NM-1000 ou LT-NM-1000)	r) - Técnico de Laboratório (jornada de 6 horas)	NM-1005 ou LT-NM-1005	CLASSE C - NM 23 a 27 CLASSE B - NM 16 a 22 CLASSE A - NM 1 a 6
	s) - Agente de Cinefotografia e Microfilmagem	LT-1033 ou LT-NM-1033	CLASSE ESPECIAL - NM 26 a 28 CLASSE C - NM 20 a 25 CLASSE B - NM 14 a 19 CLASSE A - NM 1 a 7
	t) Patrulheiro Rodoviário Federal	NM-1031 ou LT-NM-1031	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE D - NM 27 a 29 CLASSE C - NM 23 a 26 CLASSE B - NM 19 a 22 CLASSE A - NM 12 a 18
	u) Agente de Vigilância	NM-1045 ou LT-NM-1045	CLASSE ESPECIAL - NM 23 a 26 CLASSE B - NM 19 a 22 CLASSE A - NM 12 a 18
SERVIÇOS JURÍDICOS (SJ-1100 ou LT-SJ-1100)	a) - Assistente Jurídico Procurador Autárquico Procurador da Fazenda Nacional Procurador (Tribunal Marítimo)	SJ-1102 ou LT-SJ-1102 SJ-1103 ou LT-SJ-1103 SJ-1101 SJ-1104 ou LT-SJ-1104	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25 CLASSE C - NS 17 a 21 CLASSE B - NS 12 a 16 CLASSE A - NS 5 a 11
	b) - Advogado de Ofício (Tribunal Marítimo)	SJ-1105 ou LT-SJ-1105	CLASSE ESPECIAL - NS 8 a 11 CLASSE ÚNICA - NS 3 a 7
SERVIÇOS DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA (TP-1200 ou LT-TP-1200)	a) - Agente de Portaria	TP-1202 ou LT-TP-1202	CLASSE ESPECIAL - NM 11 a 13 CLASSE B - NM 6 a 10 CLASSE A - NM 1 a 5

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
SERVIÇOS DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA (TP - 1200 ou LT - 1200)	b) - Motorista Oficial	TP - 1201 ou LT-TP - 1201	CLASSE ESPECIAL - NM 14 a 18 CLASSE B - NM 9 a 13 CLASSE A - NM 7 a 8
DEFESA AÉREA E CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO (LT-DACTA - 1300)	a) Técnico de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo	LT-DACTA-1301	CLASSE ESPECIAL - NS 20 a 22 CLASSE C - NS 16 a 19 CLASSE B - NS 12 a 15 CLASSE A - NS 7 a 11
	b) Técnico em Informações Aeronáuticas	LT-DACTA - 1302	CLASSE ESPECIAL - NM 32 a 33 CLASSE B - NM 26 a 31 CLASSE A - NM 23 a 25
	c) Controlador de Tráfego Aéreo	LT-DACTA 1303	CLASSE ESPECIAL - NM 34 a 35 CLASSE B - NM 31 a 33 CLASSE A - NM 28 a 30
	d) Técnico em Eletrônica e Telecomunicações	LT-DACTA-1304	CLASSE ESPECIAL - NM 31 a 33 CLASSE B - NM 28 a 30 CLASSE A - NM 24 a 27

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
SEGURANÇA E INIDRZAÇÕES (LT - SI - 1400)	Analista de Informações	LT-SI-1401	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25
	Analista de Segurança Nacional e Mobilização	LT-SI-1402	CLASSE B - NS 12 a 21 CLASSE A - NS 5 a 11
PLANEJAMENTO (P- 1500 ou LT-P-1500)	Técnico de Planejamento	P- 1501 ou LT-P-1501	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25 CLASSE C - NS 19 a 21 CLASSE B - NS 14 a 18 CLASSE A - NS 5 a 13

GRUPO	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIA DE SALÁRIO POR CLASSE
Processamento de Dados (LT-PRO-1.600)	a) Analista de Sistemas	LT-PRO-1.601	CLASSE ESPECIAL - NS 22 a 25 CLASSE C - NS 17 a 21 CLASSE B - NS 12 a 16 CLASSE A - NS 5 a 11
	b) Programador	LT-PRO-1.602	CLASSE ESPECIAL - NM 32 a 33 CLASSE B - NM 29 a 31 CLASSE A - NM 25 a 28
	c) Operador de Computação	LT-PRO-1.603	CLASSE ESPECIAL - NM 29 a 32 CLASSE B - NM 23 a 28 CLASSE A - NM 17 a 22
	d) Perfurador-Digitador	LT-PRO-1.604	CLASSE ESPECIAL - NM 17 a 19 CLASSE B - NM 14 a 16 CLASSE A - NM 9 a 13

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSES
SAÚDE PÚBLICA (SP-1700 ou LT-SP-1700)	Sanitarista	SP-1701 ou LT-SP-1701	CLASSE ESPECIAL - NS 23 a 25 CLASSE D - NS 19 a 22 CLASSE C - NS 16 a 18 CLASSE B - NS 12 a 15 CLASSE A - NS 9 a 11
	Agente de Saúde Pública	SP-1702 ou LT-SP-1702	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE C - NM 23 a 29 CLASSE B - NM 17 a 22 CLASSE A - NM 1 a 16

GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	CÓDIGO	REFERÊNCIAS DE VENCIMENTO OU SALÁRIO POR CLASSE
Atividades Específicas de Controle Interno (CI - 1800)	Técnico de Controle Interno	CI - 1801	CLASSE ESPECIAL - NS- 23 a 25 CLASSE C - NS- 19 a 22 CLASSE B - NS- 16 a 18 CLASSE A - NS- 10 a 15
	Assistente de Controle Interno	CI - 1802	CLASSE ESPECIAL - NM 31 a 32 CLASSE C - NM 28 a 30 CLASSE B - NM 25 a 27 CLASSE A - NM 21 a 24
	Auxiliar de Controle Interno	CI - 1803	CLASSE ESPECIAL - NM 30 a 32 CLASSE C - NM 25 a 29 CLASSE B - NM 21 a 24 CLASSE A - NM 17 a 20

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — De acordo com as indicações das Lideranças e tendo em vista o que lhe faculta o § 1.º do art. 9.º do Regimento Comum, a Presidência designa, para as Comissões Mistas incumbidas de emitir parecer sobre as matérias:

MENSAGEM N.º 95, DE 1981-CN

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Jutahy Magalhães, Luiz Cavalcante, José Lins, Almir Pinto, Gabriel Hermes, Martins Filho e os Srs. Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Francisco Rolemberg, Fernando Magalhães, Darcílio Ayres, Simão Sessim, Antônio Ferreira e Horácio Matos.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Roberto Saturnino, Leite Chaves, Henrique Santillo e os Srs. Deputados Fued Dib, Marcelo Cordeiro e Horácio Ortiz.

Pelo Partido Popular — Senadores Affonso Camargo e Alberto Silva.

MENSAGEM N.º 96, DE 1981-CN

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Raimundo Parente, Bernardino Viana, Lourival Baptista, Jorge Kalume, Arno Damiani, Eunice Michiles e os Srs. Deputados Josias Leite, Jairo

Magalhães, José Mendonça Bezerra, Francisco Rolemberg, Inocêncio Oliveira, Ademar Pereira, Augusto Lucena e Fernando Gonçalves.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Humberto Lucena, Agenor Maria, Nelson Carneiro e os Srs. Deputados Eptácio Cafeteira, Juarez Furtado e Celso Peganha.

Pelo Partido Popular — Senadores Valdon Varjão e Saldanha Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Cada Comissão Mista ora designada, deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

O prazo regimental de 20 dias, destinado aos trabalhos das Comissões Mistas, esgotar-se-á em 9 de novembro próximo, devendo o parecer concluir pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

O prazo de tramitação das matérias se encerrará em 15 de março de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

ATA DA 262.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1981

3.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ALMIR PINTO

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Amaral Furlan — Franco Montoro — Valdão Varjão — Vicente Vuolo — José Fragelli — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Arno Damiani — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meireles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jader Barbalho — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS;

Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Néllo Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Eptácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira — Victor Trovão — Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingit Rosado — PDS.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud —

PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões — José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo.

Bahia

Afrislo Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Ana — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penado — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Roque Aras — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Alvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Pechanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edson Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho — Hydekell Freitas — PDS; Joel Lima — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silva — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Dario Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — Hélio Garcia — PP; Homero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Junia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Alberto Goldman — PMDB; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacei Filho — Bezerra de Melo — PDS; Calo Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Dlogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Leão — PDS; Francisco Rossi — PDS; Freitas Nobre — PMDB; Glóia Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Israel Dias-Novaes — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Codo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Jullianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidel de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Anísio de Souza — PDS; Brasília Calado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saralva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schmidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Alvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kifuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Braga Ramos — PDS; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nilvaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Abel Ávila — PDS; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Ernesto de Marco — PMDB; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Pedro Ivo — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Zany Gonzaga — PDS.

Rio Grande do Sul

Alcebiades de Oliveira — PDS; Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Julio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 45 Srs. Senadores e 407 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Cechinel.

O SR. LUIZ CECHINEL (PT—SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma situação esdrúxula está ocorrendo com os funcionários do Banco Central do Brasil.

Essa entidade, que é difícil, e que em razão disto deveria privar pelo respeito, obediência e acatamento às leis, não procede assim porém.

Seus funcionários são submetidos a normas disciplinares restritivas e autoritárias, em pleno desacordo com o que se encontra estatuído na legislação do País. Proibidos de reorganizarem, proibidos de se sindicalizarem, sob pena de exclusão; proibidos, portanto, de procederem à defesa de direitos, ainda que os mais elementares, de natureza salarial, trabalhista etc.

Pois estes mesmos funcionários fizeram chegar às mãos do Sr. Carlos Langoni um documento em que apontavam uma série de reivindicações de interesse da categoria. Isto foi feito em 17 de agosto corrente, e, ao invés de convocar os funcionários para um debate aberto, fraterno e democrático, a resposta que o Sr. Langoni lhes deu foi baixar, através de fontes imediatas, um documento no qual faz severas e ameaçadoras restrições ao pessoal do Banco Central, num procedimento nitidamente inconstitucional, e, pior ainda, de cunho fascista, pois nesse espírito está presente o ranço do autoritarismo, da truculência.

Disto tudo que se vê, vale dizer, Sr. Presidente, os funcionários dessa entidade têm de permanecer inermes diante das decisões dos altos escalões, ainda que estas não consultem os seus interesses, ainda que sejam prejudicados, ainda que se vejam desfavorecidos.

Ora, Sr. Presidente, a lei é clara, e autoriza a organização dos trabalhadores, sendo passível de punição penal quem tente contra a organização do trabalho.

O Sr. Langoni, portanto, não pode passar por cima da letra dos códigos e ditar atrabiliário a sua vontade, pois, se o fizer, irá envolver-se com este Congresso, que evidentemente não se manterá passivo diante de qualquer injustiça.

E nós aconselhamos o funcionário do Banco Central, Sr. Carlos Langoni, dizendo-lhe que o melhor é ouvir e respeitar os pleitos que os trabalhadores daquele organismo lhe fizeram chegar às mãos, até mesmo por questão de decência e de justiça, pois o brado de inconformismo não deixará de se fazer ouvir nesta Casa, se as coisas persistirem no seu estágio atual.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB —PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a novela Jari—Ludwig—Brasil vai recomençar em clima de alta rotação. Há duas semanas foi operado no New York Hospital, nos Estados Unidos, o Sr. Daniel Keith Ludwig, aos 84 anos de idade. Seu estado de saúde é delicado e se, porventura, vier a ocorrer o seu desaparecimento, o império Ludwig, constituído, além do Projeto Jari, de mais de uma dezena de outros empreendimentos, terá como único herdeiro, na falta de filhos e parentes, a Fundação Ludwig de Pesquisa do Câncer, com sede em Zurique, na Suíça.

Para o Brasil significará um terrível problema internacional, já que os 3,6 milhões de hectares integrantes do Jari passarão a ser reclamados pelos Estados Unidos e pela própria legislação da Suíça, sede da entidade herdeira daquela vastidão do território brasileiro. Na esfera do Direito Público Internacional, forum onde o conflito irá escoar, enquanto isso estiver acontecendo, a posse efetiva da área estará nas mãos do grupo controlador da Fundação, trazendo dificuldades e estabelecendo um padrão de negociações onde o País será, sempre, o grande perdedor. É uma situação gravíssima. Afeta, por inteiro, a nacionalidade e a própria segurança nacional.

Decidir o impasse enquanto está com vida o Sr. Daniel Ludwig, é o que a unanimidade da nação deseja que o Governo brasileiro faça. E para que isso ocorra não há necessidade de se cumprir outro ritual, senão seguir as determinações emanadas do extraor-

dinário trabalho feito pelo GEBAM, que é o Grupo Executivo do Baixo Amazonas, criado como um braço do Conselho de Segurança Nacional. No final do ano passado, a Presidência da República recebeu o seu relatório final, onde são apontados dois pontos básicos: primeiro, urgente e imediato reestudo do Projeto Jari colocando-o, disciplinadamente, na esfera da soberania nacional e não como está, um verdadeiro "Território Internacional", enquistado na Amazônia; segundo, rápida definição sobre a legalidade da área reclamada, ilegalmente, pelo Jari através dos títulos de posse, bem como resguardar os direitos dos posseiros instalados, secularmente, na região.

O GEBAM, que teve como presidente o Almirante Roberto Gama e Silva, prestou à nacionalidade um trabalho de excepcional valor, constatando a veracidade de todas as denúncias feitas no Brasil, alertando o Governo para o perigo que estava se transformando aquele enclave internacional nas terras brasileiras. É um trabalho de fôlego, sério e preservador dos valores nacionais.

Lamentavelmente, contudo, por muito tempo este relatório permaneceu sobre a mesa do General Golbery do Couto e Silva, pela sua condição de Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Agora, encontra-se sobre a mesa do Sr. João Leitão de Abreu, pela sua condição de novo Chefe da Casa Civil, a quem coube avocar para si a decisão sobre a questão das terras. E, ao que se sabe, estão tentando excluir o problema Jari da órbita de influência e decisão do Conselho de Segurança Nacional. E isto nos deixa temerosos, já que foi pela ação do Conselho de Segurança Nacional que se criou o GEBAM e é onde reside, a nível de poder oficial, o principal núcleo de resistência às pretensões imperiais do Sr. Daniel Ludwig.

A decisão que tem de ser tomada logo sobre o Projeto Jari é eminentemente política. E ela não pode agredir a consciência da nacionalidade, até porque o que é bom para o Jari não é bom para o Brasil. A maior demonstração disso, além do próprio absurdo que o desenvolvimento de um projeto desse porte, às escondidas dos olhos dos brasileiros, está no fato expressado na reação do Sr. Ludwig: desde que o GEBAM concluiu o seu relatório e o encaminhou à Presidência da República ele não tem vindo mais ao Brasil. Esta completando quase um ano.

Da área que se considerava proprietário, de cerca de 3,6 milhões de hectares — e disso possuímos vasta documentação, já exibida na Câmara, dentre a qual encontra-se uma correspondência à SUDAM em que a direção do Jari, em 1975, dizia ser sua legítima proprietária — hoje recuou para cobicar "apenas" 1,6 milhão de hectares. A razão? O relatório e o patriótico trabalho feito pelo Grupo Executivo do Baixo Amazonas, que desmascarou a legitimidade da posse alegada. Segundo o ITERPA, que é o Instituto de Terras do Pará, onde se localiza 90 por cento do Projeto Jari, a área de posse legal é de somente 383 mil hectares. Já para o INCRA, que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a posse seria de 1 milhão e 70 mil hectares. Analisando criteriosamente a questão, o GEBAM tem uma nítida preferência pelos documentos emanados do ITERPA.

Em função disso, o Sr. Daniel Keith Ludwig encaminhou ao Governo brasileiro uma ousada carta-documento, exigindo que se fizesse imediatamente a legalização dos seus títulos de posse, já aí admitindo os 1,6 milhão de hectares. Além disso, exigia que o Governo financiasse serviços de água, luz, esgotos, além de propiciar aos seus funcionários o direito da compra de casa através do BNH, passando, por conseguinte, os custos sociais do projeto para o Governo, vale dizer a Nação. Há de se destacar que, atualmente, o mais forte e importante diretor do BNH, o Sr. Zave Berghossian, é ex-diretor do Projeto Jari. Vale dizer: o Jari tem, por certo, um poderoso aliado no próprio BNH.

Nessa carta-documento ameaças eram feitas diretamente ao Governo brasileiro, inclusive a de se pedir a ajuda do Governo norte-americano para a defesa dos interesses do Sr. Ludwig. Felizmente, a pressão ameaçadora, naquele episódio, não funcionou como se desejava, daí a retirada, dizendo-se um homem amargurado, para Nova Iorque, de onde passou a dirigir o Jari da "National Bulk Carriers", sede e quartel-general das empresas do Grupo Ludwig.

Em socorro, no Brasil, conhecidas vozes se manifestaram. A mais poderosa foi a do Ministro Delfim Netto, do Planejamento: "É um tumulto danado em torno do assunto. Ludwig fez tudo. Mas o que se vai fazer? Vem um coronel e questiona; um burocrata do segundo escalão faz um discurso. É uma coisa horrível. Somos mesmo um país de irresponsáveis".

É estarrecedora essa declaração do Sr. Delfim Netto. Nós a possuímos devidamente anotada e ela não pode ser desmentida.

Não diria que somos um país de irresponsáveis; somos, sim, carentes de homens sérios e voltados para a intransigente defesa dos interesses nacionais. Por isso mesmo homens como Delfim Netto podem dizer e fazer impunemente.

Os intransigentes defensores do Projeto Jari, dentro do próprio Governo, são aqueles que vêm obstaculizando o trabalho e as sugestões da GEBAM. Nunca é demais lembrar que o próprio Secretário Particular da Presidência da República, o Sr. Heitor Ferreira de Aquino, é ex-diretor do Jari. E o próprio General Otávio Medeiros é ostensivamente favorável pela forma como ele vem sendo implantado. Também dele possuímos anotações comprovando isso.

Enquanto essa guerra de interesses se desenvolve nos bastidores, a integridade do território brasileiro fica sob ameaça: morrendo o Sr. Daniel Ludwig, a Fundação suíça passará à condição de única herdeira e, por ser uma organização sem finalidades lucrativas e sem dono ostensivo, procurará lutar de acordo com a legislação internacional para fazer com que prevaleça os seus direitos, com o Brasil tendo ainda maiores dificuldades de fazer valer os sagrados interesses do País, que não é propriedade de um grupo que se adonou da coisa pública, mas, sim, um patrimônio inalienável do seu povo.

Atualmente, em toda esta novela, surge a figura do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes como intermediário entre o grupo Ludwig e o Governo brasileiro, nas negociações sobre o futuro do Projeto Jari. A rigor, quem é esse empresário? Para os que não o conhecem, é o presidente da ICOMI, empresa que associada à "America State Steel", explora as reservas de manganês do Território do Amapá, desde 1946. Além disso, é sócio do Sr. Daniel Ludwig em alguns empreendimentos na economia brasileira. Não é um neutro, portanto; ao contrário. Tem participado de negociações onde já se levantou a tese de vir a assumir o controle do Jari, mas preservando a sua integralidade territorial em 1,6 milhão de hectares. Tese, aliás, que o próprio Ludwig não rechaça, mas, ao contrário, até estimula. O que se quer evitar nessas confabulações é que se cumpram as metas determinadas pelo GEBAM, que, efetivamente, defendem e guardam os interesses verdadeiramente nacionais brasileiros.

Além do Jari, o Grupo Ludwig detém, desde que aqui chegou em 1967, inúmeras empresas, das quais destacamos:

1 — Caulim da Amazônia S.A. — detém o controle de reservas avaliadas em 100 milhões de toneladas de caulim do tipo 88, considerado de altíssimo teor, e vem exportando, por ano, 130 mil toneladas. Com esta destinação: 85 mil toneladas para a Europa; 15 mil toneladas para o Japão; 10 mil toneladas para a América Latina; e 20 mil para o mercado interno.

2 — Jari Florestal e Agropecuária — 100 mil hectares plantados com gmelina, eucalipto e pinus, que são industrializados em celulose na fábrica flutuante do porto de Munguba. Produz, por ano, 215 mil toneladas de celulose num valor global de 85 milhões de dólares. Essa fábrica foi transportada do Japão e pode voltar a ser deslocada para qualquer parte do universo que queira a sua direção. Em 1981, para o seu funcionamento, até dezembro, as florestas nativas amazônicas fornecerão 710 mil toneladas de árvores para queima na termelétrica e outras 40 mil toneladas diretamente na serraria. Uma agressão à natureza!

3 — Entre Rios S.A. — Estuda, no momento, a exploração das reservas de fosfato estimada em 1 bilhão de toneladas de minério bruto, localizada na região de Tapira, no Estado de Minas Gerais. Esta reserva de fosfato é controlada pela Mineração Santa Cecília, também de propriedade do Sr. Daniel Ludwig e que fica, precisamente, entre Araxá—Tapira, em Minas Gerais.

4 — Mineração Santa Mônica e Mineração Santa Patrícia — Ambas propriedades pessoais do Sr. Ludwig. A primeira fica na região de Barão de Cocais, Minas Gerais, e o grupo não decidiu pela opção da exploração, mas já possuindo a efetiva posse de uma reserva de 5 bilhões de toneladas de ferro. A sua não ativação decorre da falta de transporte ferroviário entre Barão de Cocais e o porto de Vitória, no Espírito Santo.

A Santa Patrícia vem de vender os direitos minerários da bauxita da região de Trombetas para a ALCOA. Fica a 500 quilômetros do Jari e tem reserva estimada entre 500 e 900 milhões de toneladas. O Governo acaba de embargar essa venda para a empresa ALCOA, que pagaria 50 cruzeiros por tonelada de bauxita extraída à mineração Santa Patrícia, a título de "royalties". Um absurdo para se dizer o mínimo!

A isso acrescenta-se as reservas de bauxita refratária já detectadas na região do Jari, além de outros minérios, inclusive o ouro.

Toda essa colossal riqueza, que está sendo saqueada da Nação brasileira, é que se questiona como conseguiu ao longo desse ciclo

autoritário, o Sr. Ludwig deter tanto poder? A corrupção, seguida da falta de patriotismo de homens que deveriam zelar pela riqueza nacional, proporcionaram esse verdadeiro crime de lesa-Pátria.

O que se tem, agora, é de buscar um caminho que, à luz dos interesses nacionais e dentro dos fundamentos da legalidade jurídica, esse valioso patrimônio nacional seja defendido. Trata-se de uma questão muito séria e que envolve um só tipo de compromisso: não deixar que o saque e a exploração das riquezas nacionais, patrimônio do nosso povo, sejam colocadas para enriquecimento de outros povos, enquanto deixa o rastro de miséria, perversidade e desolação para a nossa gente.

Num país onde falta terra para a sua gente necessitada, privilegia-se o Jari com tamanha área que hoje está a causar uma situação de inquietação e insegurança que atinge, por inteiro, a própria soberania nacional. Veja-se a que um sistema de governo fechado, onde se desacostuma de prestar contas ao povo, pode conduzir uma nação!

Em mãos de grupos multinacionais, devidamente legalizados, encontram-se 10 por cento do território brasileiro. O Jari é o mais polêmico, porque lá se formou um verdadeiro estado, à margem do Estado nacional. A isso acrescenta-se o fato de que 57 por cento das terras agricultáveis estão nas mãos de apenas 1 por cento de brasileiros, uma das concentrações fundiárias mais perversas do mundo. E tudo isso serve para atestar que a situação da terra no Brasil é um dos mais graves problemas, geradores dessa inquietação social que hoje invade o mundo rural, sobretudo na Amazônia.

O Sr. Aureliano Chaves, um indiscutível conhecedor da realidade brasileira, agora investido do cargo de Presidente da República, não pode admitir outra solução para a questão do Jari, fora dos padrões de preservação dos interesses nacionais naquela área.

E o relatório, hoje na posse do Chefe da Casa Civil da Presidência, mostra caminhos e aponta as soluções mais exequíveis, para o momento, para o início do efetivo controle brasileiro daquele corpo estranho enquistado entre os rios Jari e Paru e tendo como limite, ao sul, o rio Amazonas. Afinal de contas, o nosso país não é uma cubata africana onde qualquer aventureiro aporte e se ache no direito de traçar normas jurídicas que conflitam com a própria estrutura institucional e constitucional da Pátria.

Pela gravidade que o assunto Jari encerra e levando em consideração o artifício jurídico armado pelo Sr. Daniel Ludwig, usando a legislação da Suíça para criar uma Fundação de Combate ao Câncer e, no caso da sua morte, tornar-se única herdeira de Jari e dos demais empreendimentos que desenvolve no Brasil, uma urgente decisão precisa ser tomada. Se no governo existem vozes que defendem o Jari, também existem outras que não admitem a sua continuidade, nos termos em que prevaleceu até agora.

É uma questão séria e grave. Gravíssima. Daí a urgência com que deve ser tratada e decidida, com o Sr. Daniel Ludwig, ainda em vida, para que o pior não aconteça. O Brasil precisa continuar com os seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados. E, nos termos em que o problema se encontra, corremos sérios riscos. A gradativa definição, nos suportes da soberania nacional, como define o GEBAM, além de uma efetiva nacionalização do Jari, é o que a nação brasileira espera, com angústia, da parte dos responsáveis pelo Estado autoritário. Fora disso, será consagrar o entreguismo.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Jarbas Passarinho
DD. Presidente do Congresso Nacional

Em 19 de outubro de 1981.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 53, de 1981, que "restabelece benefícios fiscais ao Nordeste", solicitamos a Vossa Excelência a prorrogação, por 30 (trinta) dias, do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer e que se encerra no dia 20 de outubro do corrente mês.

O pedido em apreço justifica-se pela relevância da matéria e pela necessidade de se dar ao eminente Senhor Relator, Deputado Altair Chagas, um maior prazo para elaboração de seu parecer.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — **Raimundo Parente**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 19 de outubro de 1981.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1.º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Aderbal Jurema, pelo nobre Sr. Senador Bernardino Viana, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 91, de 1981 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.870, de 6 de maio de 1981, que "atribui competência para a dispensa da retenção de imposto de renda, de reduzido valor, dispõe sobre a retenção do imposto incidente sobre rendimentos de depósito a prazo fixo, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Senador José Lins**, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Foi encaminhada à Presidência proposta de Emenda à Constituição que versa sobre matéria conexa com a da Proposta n.º 67, de 1981, já em tramitação.

Nos termos do § 5.º do art. 124 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, segundo subsidiário do Regimento Comum, a Presidência determina a anexação, à proposta em andamento, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 69, de 1981, que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 69, DE 1981

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. A letra "a" do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 151.

I —

II —

III —

IV —

Parágrafo único.

a) a reelegibilidade de quem haja exercido o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República, de Governador e de Vice-Governador, de Prefeito e Vice-Prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior;"

Justificação

A Emenda que ora oferecemos à Constituição Federal visa permitir que o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador, o Prefeito e o Vice-Prefeito possam reeleger-se para o cargo, no período subsequente ao do exercício do mandato, o que é, atualmente, vedado pela Constituição, em seu art. 151, cujo parágrafo único, letra "a", estabelece:

"a irreelegibilidade de quem haja exercido cargo de Presidente e de Vice-Presidente da República, de Governador e de Vice-Governador, de Prefeito e de Vice-Prefeito, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior;"

Consideramos uma prática coerente com os modernos sistemas governamentais a reelegibilidade para os referidos cargos, posto que ela permite a continuidade administrativa. Contra esta prática evoca-se, freqüentemente, o aspecto relacionado à necessidade da renovação dos quadros governamentais. Evidentemente, esta renovação é indispensável, quando, no lugar da continuidade, impera o continuísmo administrativo. O povo, através de seus representantes, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, sabe discernir entre a boa e má administração. Que tenha, portanto, a oportunidade de reeleger aquele que desempenha com eficácia seu mandato. Assim tem sido na

França, nos Estados Unidos e outros países, tradicionalmente democráticos.

DEPUTADOS: José Camargo — João Arruda — Homero Santos — Darcílio Ayres — Simão Sessim — Cláudio Philomeno — Athiê Coury — Jairo Magalhães — Djalma Bessa — Carlos Chlairelli (apoiamento) — Siqueira Campos — Italo Conti — Haroldo Sanford — Waldmir Belinati — Francisco Leão — Antônio Pontes — Moacir Lopes — Ossian Araripe — Wildy Vianna — Marcelo Linhares — Walter de Prá — Odolfo Domingues — Castejon Branco — Alvaro Gaudêncio — Francisco Rollemberg — Luiz Rocha — Osvaldo Melo — Anísio de Souza — Nilson Gibson — Corrêa da Costa — Christiano Dias Lopes (apoiamento) — Vasco Neto — Ubaldino Meirelles — Paulo Guerra — Alair Ferreira — Natal Gale — Bezerra de Melo — Isaac Newton — Antônio Gomes — Ruben Figueiró — Osmar Leitão — Antônio Mazurek — Newton Cardoso — Victor Fontana — Jorge Arbage — Ricardo Fiúza — Saramago Pinheiro — Júlio Martins — Nelson Morro — Claudino Sales (apoiamento) — João Alves — Glória Jr. — Getúlio Dias — José de Castro Coimbra — Wanderley Mariz — Cardoso de Almeida — Carlos Alberto — Antônio Morimoto — Juarez Furtado (apoiamento) — Aroldo Moletta — Raul Bernardo — Luiz Vasconcellos — José Maria da Carvalho — Cristino Cortes — Igo Losso — Brasília Calado — Daniel Silva — Manoel Ribeiro — Pedro Corrêa — Jayro Maltoni — José Torres — Nasser Almeida — Antônio Ferreira — Inocêncio Oliveira — Navarro Vieira Filho — Vieira da Silva — Antônio Amaral — Ludgero Raulino — Arnaldo Lafayette — José Penedo — Dlogo Nomura — Adhemar Ghisi — Ney Ferreira — Joaquim Guerra — Josias Leite — Alcir Pimenta — Hermes Macedo — Octávio Torrecilla — Angelino Rosa — José Amorim — Milvernes Lima — Ruy Silva — Darcy Pozza — Antônio Zacharias — Adriano Valente — Marão Filho — Leur Lomanto — Emídio Perondi — Cesário Barreto — Alcebiades de Oliveira — Alípio Carvalho — Fernando Gonçalves — Evaldo Amaral (p/ tramitar) — Pedro Faria — Evandro Ayres de Moura — Rafael Faraco — Theodorico Ferrão — Delson Scarano — Jorge Paulo — Resende Monteiro — Alcides Franciscato — José Mendonça Bezerra — Gomes da Silva — Mauro Sampalo — Guido Arantes — Pedro Carolo (apoiamento) — Edilson Lamartine Mendes — Antônio Ueno — Sérgio Ferrara — Maluly Neto — Augusto Lucena — José Carlos Fagundes — Batista Miranda — Furtado Leite — Aluizio Paraguassu — Henrique Turner — Adhemar de Barros Filho — Ary Kffuri — Wilson Falcão — Josué de Souza — Ruy Bacelar — Joel Ferreira — Edilson Lobão — Sebastião Andrade — Ubaldo Barém — Ary Alcântara — Joel Vivas — Altair Chagas — Roberto Galvani — Antônio Florêncio — Lúcio Cloni — Vivaldo Frota — Artenir Werner — Hideckel Freitas — Menandro Minahim — Rubem Medina — Erasmo Dias — Adalberto Camargo — Túlio Barcelos — Amílcar de Queiroz.

SENADORES: Hugo Ramos — Moacyr Dalla — Raimundo Parente — Eunice Michiles — Jorge Kalume — Benedito Canelas — Bernardino Vianna — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Laélia Alcântara — Almir Pinto — Tarso Dutra — Alexandre Costa — João Lúcio — José Guilomard — Aderbal Jurema — Benedito Ferreira — João Calmon — Alberto Silva — Passos Pôrto — Vicente Vuolo — Luiz Fernando Freire — Dinarte Mariz — José Lins.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A proposição lida será encaminhada à Comissão Mista anteriormente designada para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 67, de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei n.º 22, de 1981-CN, que altera as Leis n.ºs 3.807, de 26 de agosto de 1960, e 6.205, de 29 de abril de 1975, fixa novo limite máximo do salário-de-contribuição, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1981-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 98, de 1981-CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.865, de 26 de fevereiro de 1981, que dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR.-PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 57 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento n.º 78/80-CN)

8.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1981

As dez horas e trinta minutos do dia trinta de abril de mil novecentos e oitenta e um, na Sala da Comissão de Legislação Social, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo III do Senado Federal, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 78/80-CN, destinada a examinar a escalada da ação terrorista que se desenvolve no País, com a presença dos Senhores Senadores Mendes Canale (Presidente), Jutahy Magalhães, Deputados Ítalo Conti (Relator), Erasmo Dias, Raimundo Diniz, Pericles Gonçalves e Modesto da Silveira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Murilo Badaró, Moacyr Dalla, Franco Montoro, Jorge Kalume, Lázaro Barboza e Deputados Euclides Scalco, Ney Ferreira e Oswaldo Melo.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes ofícios: do Senhor General de Brigada Ivan Jéhu Affonso da Costa, comunicando que a fiscalização dos produtos controlados pelo Ministério do Exército é executada em caráter descentralizado (em resposta ao OF. n.º 012/81-CPMIAT); do Deputado Israel Dias-Novae, reiterando pedido para que venha depor na Comissão o Engenheiro Carlos Alberto de Araújo; do Deputado Januário Mantelli Neto enviando à Comissão uma cópia do Relatório da Comissão de Inquérito que estudou os problemas ocorridos na Freguesia do Ó; do General Waldir Alves Costa Muniz, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, enviando, a pedido da Comissão, cópias dos processos e perícias respectivas dos atentados verificados no Estado do Rio de Janeiro.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao depoente do dia Senhor Dimas Perrin, que após o juramento de praxe, procede à sua explanação.

Na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Deputados Ítalo Conti, Pericles Gonçalves, Erasmo Dias, Modesto da Silveira e Raimundo Diniz.

Após as interpelações, o Senhor Presidente esclarece que ficará para a ordem do dia da próxima reunião, o estudo, debate e votação do requerimento do Senhor Deputado Erasmo Dias, propondo que a CPI envie ao Governo Federal proposta para que as Forças Armadas assumam o controle do combate a ação terrorista, por evidente falta de **quorum**.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Elizabeth Gil Barbosa Vianna, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO A ATA DA 8.ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A EXAMINAR A ESCALADA DA AÇÃO TERRORISTA NO PAÍS.

ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR MENDES CANALE.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Havendo número regimental, declaro aberta a 8.ª Reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a examinar a escalada da ação terrorista no Brasil.

Esta Presidência deseja comunicar aos Srs. Membros desta Comissão que, em resposta ao ofício dirigido ao Sr. General de Brigada Ivan Afonso da Costa, em que era solicitada a relação de

registro de desvio de explosivos, ocorridos nas diversas regiões, recebemos de S. S.ª o seguinte ofício:

RESERVADO



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
DEPARTAMENTO DE MATERIAL BÉLICO
DIRETORIA DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Of n.º 021 3/3

Brasília-DF, 20 Abr 81

Do Diretor de Armamento e Munição

Ao Exmo Sr Senador Mendes Canale

Assunto: Informação (Presta)

Ref: Of n.º 012/81-CPMIAT de 03 Abr 81.

1. Em atenção à solicitação contida ao ofício em referência, in formo a V Ex.ª que a fiscalização direta dos produtos controlados pelo Ministério do Exército é executada em caráter descentralizado, em cada Região Militar, sob a responsabilidade dos respectivos Comandos.

2. Aproveito o ensejo para apresentar a V Ex.ª os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gen Bda Ivan Jéhu Affonso da Costa
Gen Bda IVAN JÉHU AFFONSO DA COSTA
Diretor de Armamento e Munição

RESERVADO

Em vista da resposta ao nosso ofício solicitando essas informações, a Presidência agora irá dirigir às várias regiões militares um ofício.

Havíamos recebido, na instalação da nossa Comissão, o ofício do Deputado Israel Dias-Novae, em que S. Ex.ª solicitava as providências da CPI para examinar uma ocorrência havida na residência de Carlos Alberto de Araújo, em Ubatuba. Na época da instalação de nossos trabalhos, foi lido o ofício do Deputado Israel Dias-Novae, mas não fizemos constar do relatório, como estou vendo, o nome do Engenheiro Carlos Alberto de Araújo. E agora estamos recebendo, do mesmo Deputado, um ofício reiterando solicitação contida no primeiro ofício enviado.

Junto, uma xerox do inquérito policial da Polícia de Ubatuba, que naturalmente haverá de constituir objeto de verificação de nosso ilustre Relator, e depois a matéria será colcada em discussão em nossa Comissão quanto às providências a serem adotadas.

Esta Presidência deu conhecimento à Comissão de que recebeu, na semana passada, a visita do Deputado Estadual Fernando Moraes, oportunidade em que nos entregou uma cópia da Comissão de Inquérito da Assembleia Legislativa, em relação aos problemas ocorridos na Freguesia do Ó.

Recebi, como del conhecimento, mas disse que esperava que S. Ex.^a oficializasse para que pudéssemos também oficialmente trazer ao conhecimento e fazer entrega a esta CPI. Agora, estou recebendo, não um ofício do Deputado juntando o inquérito, que já se encontra em mãos da Presidência, mas que não tem encaminhamento oficial, mas um ofício do Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Januário Mantelli Neto.

Ofício GP-N.º 171/81

São Paulo, 24 de abril de 1981.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Mendes Canale
Senado Federal
Brasília — DF.

Senhor Senador:

A Presidência da Assembléia Legislativa de São Paulo, tendo em vista as notícias veiculadas nos jornais da Capital, do dia 16 de abril corrente, que diziam respeito à possível convocação do Senhor Governador do Estado, Engenheiro Paulo Salim Maluf, bem como de outras autoridades locais, para deporem junto à Comissão Parlamentar de Inquérito do Terror, tão bem presidida por Vossa Excelência, estranha profundamente a atitude do nobre Parlamentar, com assento nesta Casa, Deputado Fernando Moraes, eis que, a conclusão a que chegou a Comissão Especial de Inquérito, constituída para averiguar as origens e intenções dos fatos sucedidos na Freguesia do Ó, resultou na apresentação do Projeto de Resolução n.º 2, de 1981, que ainda depende de aprovação por parte do plenário deste Parlamento, sendo, portanto, temerária, qualquer providência a respeito.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração. — **Januário Mantelli Neto**, Presidente.

Como V. Ex.^{as} vêem, o ofício decorreu de uma notícia de quando recebemos, do Deputado Fernando Moraes, conclusões daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, mas que, segundo nos informa o Sr. Presidente daquela Assembléia, depende ainda da apreciação do plenário da Assembléia de São Paulo. Assim, esse é um assunto que continua, para nós, sobrestado, até que possamos verificar a que final se chega e o encaminhamento oficial daquilo que já se encontra em nosso poder, mas não oficialmente encaminhado.

O SR. ERASMO DIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Dias.

O SR. ERASMO DIAS — A respeito do assunto, queria ponderar a esta Comissão que fosse requisitado junto aos órgãos pertinentes de São Paulo, não só na polícia como na Justiça, os autos do inquérito a esse respeito, já conclusos e em mãos do Poder Judiciário. Posso até adiantar a V. Ex.^{as} que o inquérito foi feito pelo Departamento de Ordem e Política Social de São Paulo e foi encaminhado à 23.ª Vara Criminal de São Paulo, já concluído. De modo que seria um elemento interessante para, com outros que, futuramente, a Assembléia remeter, servir de subsídios que a Justiça de São Paulo está apreciando.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência adotará providências a respeito da sugestão que V. Ex.^a faz, e acredito não haja necessidade de colocarmos em debate, visto ser de fato de interesse de nossa Comissão e cabe, portanto, a providência da Presidência, a respeito.

Em decorrência, também, de providências tomadas pela Presidência, diante de solicitação feita, se não me falha a memória, pelo nobre Deputado Modesto da Silveira, em que solicitava cópias de inquéritos de perícias das ocorrências verificadas no Estado do Rio de Janeiro e que oficiamos ao Sr. Secretário de Estado, General Waldir Alves Costa Muniz, e que nos vem de, através do ofício que temos em nosso poder.

Assim, aqui está na Presidência, junto à Secretaria, à disposição dos Srs. Membros de nossa Comissão.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Na ocasião em que requeremos a V. Ex.^a a requisição dessas perícias, se não me engano, requeremos também que fossem requisitados os relatórios respectivos, ainda que parciais e não finais, para que tivéssemos uma melhor idéia do andamento de cada um desses inquéritos na Secretaria de Segurança. De maneira que se S. Ex.^a não remeteu, peço a V. Ex.^a que — suponho que no seu ofício, V. Ex.^a tenha requisitado as duas peças, não apenas as perícias, mas também os relatórios finais ou parciais do andamento desses inquéritos, para que, afinal, soubéssemos se se encontram na

Justiça e, nesse caso, aguardaríamos o pronunciamento da Justiça ou acompanharíamos através da própria Justiça.

De maneira que faltam essas outras peças, se ainda não foram remetidas.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Quero informar a V. Ex.^a que a Presidência oficiou, solicitando apenas as peças relacionadas, porquanto assim nós retiramos das notas taquigráficas e anotações que fizemos quanto à solicitação feita por V. Ex.^a Mas, vamos novamente verificar essas anotações, se V. Ex.^a, na época, de fato, solicitou mais essas providências, mas de qualquer forma não há porque a Presidência deixar de atender outras, seja se for omissão em passar quanto à solicitação inicial de V. Ex.^a ou recebe agora com solicitação aditiva a essa complementação.

Nós temos a satisfação de ter entre nós a presença do Sr. Dimas Perrin, a quem concedo a palavra, solicitando a V. S.^a que antes proceda ao seu juramento.

O SR. DIMAS PERRIN (Lê o juramento) — Faço sob palavra de honra a promessa de dizer a verdade de que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Tem palavra o Sr. Dimas Perrin.

O SR. DIMAS PERRIN — Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Mendes Canale, Srs. Deputados Ítalo Conti, Erasmo Dias, Raimundo Diniz, Péricles Gonçalves e Modesto da Silveira:

Compareço a esta Comissão, convocado pelos seus ilustres membros, possuído da vontade de contribuir o melhor que me for possível para que esta questão que enodoa a história de nossa Pátria e causa tantas contrariedades, prejuízos e tragédias à sociedade seja realmente apurada e tenha uma solução capaz de permitir que todos nós brasileiros possamos conviver democraticamente, pois embora cada um possa ter opinião diferente da dos demais, podemos de maneira conjunta apoiar-nos uns aos outros e contribuir para o bem de todos.

Eu, naturalmente, vou começar por relatar aqueles atos considerados terroristas que tiveram por alvo a minha pessoa.

O primeiro desses atos ocorreu aqui mesmo em Brasília, em 15 de maio do ano passado, quando compareci a esta Capital para fazer o lançamento de meu livro intitulado "Depoimento de um Torturado", que, hoje, tive a satisfação de oferecer aos ilustres membros da Comissão. Os órgãos de imprensa, na época, como o *Correio Braziliense*, *O Globo* e outros jornais daqui da cidade e de vários Estados do Brasil, noticiaram o fato, que, resumidamente, vou expor aos Srs. Membros.

O lançamento foi na Livraria Galilei. Estavam presentes, entre outras pessoas, as seguintes: Senadores Teotônio Vilela, Pedro Simon e Itamar Franco; os Deputados Federais Ulysses Guimarães, Presidente Nacional do PMDB, Aldo Fagundes, Secretário Geral, Magalhães Pinto, Presidente de Honra do Partido Popular, Júnia Marise, Jorge Ferraz, Benjamin Farah, Edgard Amorim, Ronan Tito, Fued Dib, Pimenta da Veiga, Tarcísio Delgado, Carlos Bezerra, Odacir Klein, Jorge Uequed, Aluizio Bezerra, João Cunha, Heitor Furtado, José Costa e Nivaldo Krüger. Também os ex-Deputados cassados Milton Reis e Ferro Costa. Os jornalistas Rubens Azevedo Lima, Jorge Bastos Moreno, Evandro Paranaçu e Rita de Cássia. Os Professores José Carlos Brandt Aleixo e Fernando Correia Dias. Os advogados Nísio Tostes, Jaime Vieira, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas e José Paulo Pertence e o Presidente do PMDB Jovem de Brasília, Rui Nogueira Neto. O Presidente do DCE da Universidade de Brasília, Paulo Afonso Bracarense; e o Presidente do Centro Brasil Democrático, Professor Ismael Ferreira Lima. Também presentes os Srs. Guilhon Flores, Danton Nogueira, Roberto Barbosa e a Sr.ª Maria Agnaga.

Poucos minutos antes do início do lançamento, uma pessoa que se identificou como pertencente ao CCC — Comando de Caça aos Comunistas — telefonou e avisou à direção da livraria que havia uma bomba dentro dela, que ia detonar às 8:30 horas. O dono da livraria, precavido, me pediu que saísse, juntamente com as pessoas que lá se encontravam presentes. Confesso aos ilustres membros da Comissão que achei que não havia bomba nenhuma, que aquilo devia ser uma conversa fiada apenas para prejudicar o acontecimento. Mas, mesmo assim, acatei o pedido do proprietário da livraria e saí para o saguão que fica em frente. Ali, pusemos uma mesa e comecei a fazer algumas dedicatórias, na presença das pessoas, que já estavam lá, como os Presidentes de dois grandes Partidos. E então, chegaram os policiais — chamaram não sei se a Polícia Estadual ou a Polícia do Exército — e começaram a procurar a bomba. A livraria foi evacuada, juntou muita gente, aquela coisa toda. Cercaram e isolaram o quarteirão — aliás, devo dizer que, enquanto isolavam o quarteirão, numa medida acautelatória, também procuravam impedir que outras pessoas entrassem para participar do lançamento.

A bomba foi encontrada, parece-me que ali pelas 9:30 horas. Pelo que me disseram, era uma bomba relógio, com dispositivo detonador e duas bananas de dinamite. Mas aí tiveram que chamar um outro setor para desativar essa bomba. Então, demorou também um pouco. Ela só foi desativada às 11 ou 11:30 horas da noite. O lançamento, lá fora, ocorreu normalmente, embora todo mundo estivesse, como os Srs. devem imaginar, à espera de que houvesse uma explosão. Mas, fiquei satisfeito, porque verifiquei que, apesar dessa ameaça e, agora, da existência realmente dessa bomba, aqueles Parlamentares que lá se encontravam se mantiveram firmes. Tomadas as precauções, souberam manter-se firmes, não apavoraram. Acho isso importante, porque acredito que o Poder Legislativo, aqueles que o representam, nessas horas, precisam manter-se firmes mesmo, para que possam preservar a democracia brasileira de qualquer ameaça, defendê-la mesmo, muitas vezes até com sacrifícios pessoais.

Bem, isso foi o que ocorreu ali.

Posteriormente, houve abertura de inquérito, o dono da livraria foi chamado, mas, pelo que consta, até hoje, não foi apurada coisa nenhuma.

O outro atentado, ocorrido recentemente, no dia 3 de abril de 1981, foi numa gráfica de que sou o principal responsável, e que existe no Rio de Janeiro — Artes Gráficas Americana, à Rua Leônício de Albuquerque, n.º 34 — e ocorreu, parece-me, que depois de uma semana ou pouco mais do atentado à **Tribuna da Imprensa**.

Foi colocada uma bomba na parede, próxima à porta de aço, na entrada da gráfica. A bomba estourou às 2:40 horas da madrugada, arrebentou a porta, parte da parede — os senhores devem ter visto pela imprensa — e lançou para o interior estilhaços, pedaços da porta, grandes, principalmente a parte que fica em baixo da porta. É uma base com um ferro mais grosso. Essa parte penetrou com uma violência tão grande, pelo interior da empresa, que amassou algumas barras de apanhação de papel e rasgou uma outra chapa de 1 cm de espessura e caminhou mais e foi atingir uma peça da máquina impressora grande, que também tem 1 cm, de espessura, quebrando-a. Ao mesmo tempo, outros estilhaços menores se espalharam e penetraram nas paredes e perfuraram capas de aço protetoras de outras máquinas.

Neste sentido, uma coisa grave ocorreu: cinco estilhaços penetraram nas costas de um operário — como publica o jornal que tenho aqui, informando o que aconteceu e que ele compareceu à Medicina Legal e ao Pronto Socorro. Contudo, felizmente, não morreu ninguém.

Estava em Belo Horizonte, fui chamado correndo ao Rio. Encontrei rádio, televisão, polícia, perícia etc. O prédio estava às escuras, porque a fiação foi destruída. Os peritos — e acho uma questão interessante frisar — examinaram apenas a porta e a parede; e, se entraram no prédio, não puderam ver direitinho porque estava escuro e depois, com a luz, não voltaram. Achei, a princípio, que havia apenas avariação na porta e na parede. A noite, com o restabelecimento da luz, é que pudemos penetrar mesmo no prédio e então verifiquei todos esses estragos a que me referi anteriormente, e vi que o prejuízo era maior. Daí a minha preocupação com relação às perícias. Elas são feitas de uma maneira muito rápida, como ocorreu lá. Pelo menos no caso da gráfica, o perito não teve o cuidado de vasculhar a empresa para encontrar outras coisas.

Posteriormente, voltei lá com um delegado ou comissário, o Dr. Mariano. Olhamos as partes internas e ele até comentou comigo: você teve uma sorte muito grande, porque se tivesse incendiado, ia perder tudo e ia ser uma calamidade aqui nesta região, porque são casas todas velhas. Aquela zona da Saúde, ali no Rio, na Gamboa, abriga casas seculares e seria uma destruição, iria morrer muita gente. Perto de mim mora um senhor que, aliás, é, parece-me que subdelegado ou subcomissário, e que lhe disse:

“Se tivesse morrido o meu pai você iria me pagar!” Estava brincando, certamente. Seu pai é um senhor muito bom, respeitável, e idoso. Ele me contou que acordou de madrugada, apavorado, com o barulho da explosão, quase morrendo de susto.

Pelo que os jornais dizem, os senhores podem verificar que todas as vidraças das janelas, das casas vizinhas, ficaram espatifadas. Um carro que estava em frente ficou prejudicado profundamente.

Aqui está o **Jornal do Brasil**, que dá declarações até de algumas pessoas:

“Os dois funcionários — da gráfica — contaram que sentiram o cheiro de pólvora por volta das três horas da madrugada e que antes de ouvirem o barulho de um carro partindo, uma pessoa bateu na porta e gritou para que eles se afastassem. Além de atingir a gráfica, a explosão quebrou o vidro dianteiro do Volkswagen chapa RJ — ZS 7746, de propriedade de Daise Campos, estacionado na rua

Leônício de Albuquerque. Alguns vidros das janelas das casas vizinhas também quebraram; segundo Maria das Dores, residente no n.º 32, a explosão sacudiu “todo o quarteirão da rua”. A casa n.º 48, onde reside o Sr. Manoel Alfredo Santos, também teve vidros estilhaçados.

Técnicos em explosivos do Departamento de Polícia Política e Social e da Polícia Federal fizeram a perícia no local, mas não encontraram fragmentos da bomba. Todos os moradores da rua acordaram com o barulho da explosão e momentos depois, chegou ao local o delegado do DOPS, Pedro Cardoso, que acionou a perícia.”

Bem, está aqui o quadro do que aconteceu.

Compareci ao DOPS, no Rio de Janeiro, para prestar um depoimento a respeito e não notei, da parte das pessoas que me fizeram as perguntas, nenhuma tendência provocativa com relação à minha posição política. Mas, não notei também um interesse que correspondesse às palavras que o Presidente João Figueiredo pronunciou em Urberlândia, quando, de uma maneira dramática, condenou os atentados terroristas e chegou a pedir, que os “facínoras”, como S. Ex.^a disse, “que querem sacrificar inocentes” voltassem as suas mãos sobre a sua cabeça — se oferecendo ao sacrifício.

Acho que quando um Presidente da República chega a esse ponto, todos os subordinados a S. Ex.^a devem se empenhar seriamente na solução dos problemas que o preocupam.

O interrogatório foi simples, apenas perguntar como: “A que o Senhor atribui essa coisa? O que o Sr. acha? O Sr. pode citar alguém?” Assim também aconteceu com os outros, sendo que, com os empregados, houve uma preocupação em saber o que na gráfica se imprimia, se lá se fazia jornal alternativo, ou jornal de tendência esquerdista. Tenho para mim que se exige hoje uma tomada de posição com relação aos atentados terroristas, mas uma tomada de posição muito séria.

Declarei aos jornais do Rio, na época, que essa tomada de posição não é em benefício dos chamados elementos da esquerda, ou oposicionistas ao atual regime, ao atual Governo. É em benefício do próprio Governo, porque se o próprio Presidente João Figueiredo pede que as mãos dos terroristas calam sobre a sua cabeça, é porque reconhece que o terror que aí está visa ao Governo. Se pessoas da Oposição estão sendo vítimas é porque, pelo fato de não serem favoráveis às idéias dos terroristas, são por eles visadas. E eles então as atingem como uma forma de atender a seus interesses, a suas vontades, ao seu desejo de criar um ambiente favorável ao fechamento político, sem causar prejuízo a pessoas de suas relações.

Nós outros, estamos, no caso atual, servindo — vamos dizer assim — de “bode expiatório”, porque a briga é contra aqueles que no Governo defendem a chamada abertura democrática, que, a meu ver, deveria ser transformada numa verdadeira democracia, para que o povo, satisfeito, alegre, pudesse dar a cobertura que todos, a Oposição e Situação, precisam para acabar com essa nódoa vergonhosa que está aí, infelicitando o nosso País.

Quero agora dizer aos Srs. que recebemos de imediato, no Rio, a solidariedade do Poder Legislativo, através da presença do Deputado Modesto da Silveira, que lá compareceu em nome da Comissão, representando o Presidente e todos os Membros; também, tivemos a solidariedade do Deputado Péricles Gonçalves membro dessa Comissão e dos Deputados Federais, Marcelo Cerqueira e Délio dos Santos, além de vários outros representantes do Poder Legislativo. Aqui estão o nosso Senador Itamar Franco, Presidente do meu Partido, o Senador Tancredo Neves e muitos outros que deram a mim uma grande satisfação, que aumentaram a minha confiança no Poder Legislativo desta nossa Pátria.

Quero dizer aos Srs. — que a pergunta que me foi feita no Rio de Janeiro — a que eu atribuo o fato. Poderá compreender dois aspectos: um, a minha própria pessoa, a minha posição; outro, ao fato de uma continuidade do que ocorreu na Tribuna da Imprensa. Porque houve notícia de que a minha gráfica ia imprimir a Tribuna da Imprensa. Os jornais noticiaram, e quando cheguei lá, a primeira pergunta que me fizeram foi esta. E eu tinha sido, realmente, consultado a esse respeito, e por isso, informei que a gráfica não tinha condições de imprimir um jornal diário.

A minha posição se relaciona com o fato de que realmente me coloco no lugar de uma pessoa que nada mais tem que fazer do que ser coerente com sua própria vida, com sua origem, com toda a sua classe. Tendo nascido no meio da pobreza, da miséria, e sido operário durante longos anos da minha vida, creio que não poderia ter tido outra posição do que a de lutar contra a injustiça e defender mais dignidade para as pessoas, mais liberdade, mais democracia e até mesmo mais promoção social. Daí a minha aspiração, a minha identificação com o ideal socialista, o meu desejo de que a sociedade brasileira um dia chegue ao socialismo. Hoje existe tanta gente que defende o socialismo que não se com-

preende porque ainda perseguem pessoas que pensam desta maneira.

Eu acho que isso é uma aberração política. Mas coloco essas coisas dentro do contexto das divergências, das desavenças, do ódio, das incompreensões que marcaram aquele período terrível da nossa história, de 1963, 64, e que por várias razões se estenderam ao longo destes últimos anos.

Sendo, em Belo Horizonte, um advogado ligado a sindicatos, a trabalhadores favelados, aos funcionários públicos, e vereador, representante de um Partido também ligado aos trabalhadores, que é o Partido Trabalhista Brasileiro, em 1964 acabei cassado; o antigo Presidente Castello Branco me honrou com a sua cassação. Fiquei proscrito, fui processado, tive que viver clandestinamente e foragido pelo nosso País. Passei um pequeno tempo no exterior. Voltei. Embora sendo obrigado a viver oculto pelo anonimato, pude iniciar a construção de uma empresa para manter a subsistência da minha família, sempre procurando viver com dignidade. Em Juiz de Fora, fui processado e condenado a nove anos de prisão, à revelia. E em 1974, fui preso. Então, ressurgiram todas aquelas acusações que me fizeram em Belo Horizonte, de que eu era advogado de trabalhadores, que participava de greves, que ajudei favelados a invadir terrenos quase sempre irregularmente possuído pelo ladrão de terras chamado Antônio Luciano. Muito bem, recorri ao Superior Tribunal Militar, que, por unanimidade, me absolveu, reconhecendo que, embora eu jamais tenha negado as minhas posições políticas, não me poderia acusar de nenhum ilícito penal, nem de ter cometido qualquer crime, qualquer traição a nossa Pátria, ao nosso povo ou, às leis do nosso País. Fui absolvido por unanimidade, depois de todos esses anos de sofrimento, que causaram traumas à minha família, a amigos que até hoje não conseguiram se reabilitar. Aí se inicia outro sofrimento, nas câmaras de tortura do DOI — CODI do Rio de Janeiro, que relatei neste livro, e os Srs. poderão verificar que este livro não traz a marca do ódio, nem a marca da vingança ou da represália, mas apenas o desejo sincero — que reafirmo aqui — de que nossa Pátria possa oferecer ao nosso povo um clima de convivência democrática, daqui por diante no qual nós todos possamos dar tudo que temos em benefício comum, podendo discordar em nossos pensamentos, mas no que tange ao trabalho para a construção do nosso País e da felicidade de nosso povo, possamos caminhar juntos. Aí está, sofri muito, sofri coisas que não imaginava que pudessem ser praticadas. Mas, tive a felicidade de não ser contaminado pelo ódio. Lutei muito para que no meu coração não penetrasse a mancha do ódio, e fiz isso por mim mesmo e também por meus filhos. Porque se permitisse que o ódio maculasse os meus sentimentos, eu transferiria esse sentimento maculado para minha família e para meus filhos, e eles não seriam jamais felizes, porque aqueles que têm o ódio no coração, têm as mentes dominadas pelo desejo de vingança, e, assim, sofrem mais do que os que são objeto desse sentimento. Então, lutei muito por isto. Estou feliz porque pude superar essa situação. Posso dizer a todos Srs. com muita tranqüilidade, que o que eu sofri, não quero que sofram nem aqueles que me torturaram, porque a esses também eu considero vítimas, vítimas de uma mentalidade retrógrada, vítimas de um espírito mesquinho de vingança, que levou a que eles fossem transformados em meros robôs programados para perseguir, para torturar e até mesmo para matar, porque a verdade é que muitas pessoas morreram em nosso País, pelo fato de defenderem esse ou aquele ideal.

Srs. por que até hoje não se sabe de fato o que aconteceu nesses anos, de que estamos, com muito sacrifício, saindo? Por que ainda não há segurança no País. O Presidente fez uma abertura democrática que ainda é uma fresta. Os aparelhos de segurança ainda estão aí; a repressão ainda está aí. Aquele mentalidade de discriminação ainda existe. Ainda não conseguimos superar essa fase, terrível. Estabelecer o respeito mútuo ainda não conseguimos.

Então, aqueles que sofreram e as suas famílias ainda não se sentem garantidos quanto a possíveis represálias. Por isso, temem denunciar, relatar o que lhes aconteceu.

Por que as pessoas são chamadas a depor e não citam nomes? Não revelam os locais das torturas, quando se sabe que muita coisa aconteceu? Somente no dia em que houver mesmo democracia no Brasil, em que pudermos agir como estou agindo aqui, abrindo meu coração aos Srs., e sei que aqui se encontram representantes do Partido do Governo; no entanto, estão me ouvindo democraticamente, com respeito, e eu ouvirei tudo que eles disserem, também, com o maior respeito.

No dia em que esta mentalidade que aqui predomina for a mentalidade também de todos os escalões do Governo e da sociedade, então, vamos conhecer, não para promover vinganças, mas porque são fatos históricos, que precisam ser conhecidos. Vamos conhecer, para que nunca mais, nem nós nem as gerações futuras, permitam que volte a nosso País a noite terrível, essa longa noite, a mais trágica de todas as noites pelas quais o nosso povo já passou. Vamos saber o que fizeram de desumanidade, de crueldade, nas prisões do nosso País e, também, iremos conhecer a bra-

vura e o heroísmo daqueles que lá foram torturados e sacrificados.

Senhores, é preciso ter coragem para abordar certos assuntos. Mesmo aqueles que estiveram comprometidos com tudo isso, precisam ter a coragem de reconhecer os seus erros. Assim como eu, que participei dos movimentos de 63 e 64. Sei que sou, como outros companheiros e amigos meus, também culpado, porque fizemos avaliações erradas, partimos de dados falsos, tivemos posições não correspondentes com a realidade, provocamos, às vezes. Hoje, temos de, modestamente, reconhecer que se o nosso povo sofreu, e ainda está sofrendo, a culpa não é somente daqueles que instituíram a ditadura, mas, também, daqueles que lutavam deficientemente contra os golpistas e entre eles eu me encontro. Temos que reconhecer assim, honradamente, os erros cometidos, de um lado e de outro, e proclamá-los perante o nosso povo, confiando na sua generosidade. O povo é bom, honrado e compreensivo, perante o qual se alguém chegar e disser com sinceridade: "nós erramos; merecemos até ser punidos por isso; mas queremos, daqui por diante, marchar de maneira mais correta, corrigir os erros que praticamos"; tenho certeza de que todo ele se abrirá num sorriso e terá uma atitude compreensiva e positiva. Porque o povo brasileiro não tem ódio, é um povo destituído desse sentimento; é um povo que não pensa em vingança, é um povo extraordinário, tão extraordinário que, embora viva num País tão rico como este, vive na miséria, passa fome, suporta esta política de diminuição de horas de trabalho, o que resulta para ele em diminuição de salário. Sofre tudo isso e não pensa, pelo menos não pensa hoje, tenho certeza, em atitudes radicais; não pensa em providências que resultem em violências. O nosso povo está aí à espera de eleições, em que ele possa livremente manifestar o seu desejo, votar nas pessoas que mereçam a sua confiança, estejam no Partido do Governo ou nos Partidos da Oposição. O povo quer abrir o caminho democrático, não quer violência; não quer mais sofrimento.

Então, por que não confiar no povo e fazer uma autocrítica, todos nós, dos erros que praticamos?

Penso assim, porque, pelo que tenho examinado, pensado e refletido sobre os atos de terrorismo, cheguei à conclusão de que, se da parte do Governo houvesse uma posição firme, decidida, coerente com as palavras do Presidente da República, há muito tempo essa questão já estaria solucionada, porque, não há cabimento que tais crimes permaneçam impunes. Todos os peritos dizem que o material explosivo que é utilizado nesses atentados é controlado pelas Forças Armadas. Os técnicos nesses assuntos são pessoas do conhecimento das Forças Armadas. É um número restrito. Por que não são localizados esses homens? Não para colocar bombas nas casas deles, mas para chamá-los à realidade, para impedir que continuem com essa ação criminosas.

Posso dizer aos Srs. com toda tranqüilidade, que o aparelho de segurança do Governo é poderosíssimo, porque sofri seu impacto e vi outras pessoas sofrendo. Ora, se ele é poderosíssimo, se se revelou poderosíssimo para localizar contestadores do regime, opositores do Governo, todo o pessoal da Oposição se localizava e obtinha depoimentos, por que, quando se trata de localizar pessoas que todos sabemos pertencentes à ultradireita, eles se revelam incapazes? É uma coisa incompreensível.

Jurei dizer a verdade, pelo menos aquilo que acho ser verdade; então, quero dizer, tranqüilamente, que tenho a convicção de que há pessoas pertencentes a órgãos de repressão que devem estar instruindo esses outros; se não participando, pelo menos instruindo essas pessoas, porque esses atos são feitos com absoluta segurança; são atos feitos por profissionais, não por amadores. Vê-se a confiança com que eles preparam e executam tudo.

O caso da **Tribuna da Imprensa** é espantoso. Com aquela tranqüilidade, colocam as bombas, seqüestram as pessoas, usam o capuz que nos órgãos de repressão dão o nome de capô. Isso é coisa provada, é uma prática implantada no País pelos órgãos de segurança. Esse negócio de colocar aquele saco negro na cabeça das pessoas e conduzi-las por aí a fora, despistando e maltratando-as sem que elas possam identificar os seus torturadores, é próprio dos órgãos de repressão.

Como disse aos Srs., quando levanto as questões, não estou satisfazendo nenhum desejo meu de falar contra o Governo. Faço-o para contribuir sinceramente. Tanto que os Srs. verão que no meu livro digo, com toda sinceridade, que sou incapaz de identificar qualquer um dos que me torturaram, não porque tenha receio de vingança, mas porque, em sã consciência, não vi uma só pessoa. Estive com eles quase um mês no DOI-CODI, sofri da manhã à noite, mas só ouvi as vozes deles, e senti o impacto das suas mãos, dos seus pés e dos seus aparelhos de tortura.

Seria desonestidade minha, se eu citasse esse ou aquele nome. Se os pusessem na minha frente, pediria que me vendassem os olhos e que eles dissessem alguma coisa. Talvez, pela voz, eu possa identificar, mas, por ver, olhando, não. A minha contribuição tem que ser de acordo com o meu juramento, com a verdade.

Comparado a maneira como eles agiam comigo, como me sequestraram, como me conduziram, como me puseram lá e me trataram, com os atos e as práticas que fizeram em vários lugares, vejo que há semelhança.

Em Minas Gerais, para onde estou regressando, a fim de dar minha contribuição aos Partidos de Oposição, ao PMDB, que é o meu Partido, e que tem como Presidente o Senador Itamar Franco, ao PP, que tem como Presidente o Senador Tancredo Neves, e em Minas como seu líder o Deputado Renato Azeredo, ao PDT, ao PT, ao PDR e nossos bons companheiros do PTB, e a todas as organizações sociais do nosso povo, houve um grande número de atentados. No Brasil aproximadamente, 100 a 120 atentados já foram localizados, relacionados. Em Minas, em 3 anos, a Comissão Parlamentar de Inquérito inaugurada na Assembléia Legislativa conseguiu localizar 40 atentados, atentados os mais diversos, que constituem invasões, depredações, incêndios, colocação de explosivos, tentativa de agressão, ameaças e mesmo tentativas a balas.

Em Minas, atingiram pessoas de expressão na sociedade, como o Presidente da Ordem dos Advogados de Minas Gerais, Professor Raimundo Cândido. Metralharam a casa dele, chegaram ao despalme de fazer fechamento da Igreja São José, atingindo a dignidade dos padres. Picharam os sindicatos dos jornalistas, picharam a casa da Dona Helena Greco, do Sindicato dos Professores; bombardearam automóveis de advogados, como o Dr. Geraldo Magela de Almeida, defensores de presos políticos; incendiaram a residência do grande líder sindical João Paulo de Vasconcelos, em Monlevade; explodiram o Diretório Central dos Estudantes; invadiram redações de vários jornais, como *Em Tempo*, o *Jornal de Bairro*, o *Hora do Povo* e o *De Fato*.

Em Minas acontece a mesma coisa que ocorre em outros Estados, com uma agravante quanto aos inquéritos. Quando se abre um inquérito lá, o que é muito raro, é comemorado até, porque os atentados ocorrem e nada acontece. Alegam que as pessoas não pediram providências, quando esse caso é de direito público. Acontece que muitas vezes as pessoas não pedem mesmo providências, porque, infelizmente, no momento, elas temem pedir providências e resultar em consequências piores, têm medo. A verdade é que chegamos a uma situação, em nosso País, de tal modo que as pessoas até receiam se dirigir a policial, a uma delegacia para pedir uma providência contra uma arbitrariedade, porque têm medo que talvez lá esteja um dos que a fizeram. E eu não estou dizendo mentira, porque no Rio de Janeiro, há pouco tempo, no caso do sequestro e desaparecimento do filho do jornalista Luiz Jatobá e um outro infeliz, uma das pessoas encarregadas de vigiar a esposa dele, de dar proteção a ela, e a seu filho, era um dos que tinham participado do sequestro do próprio marido dela. Então, as pessoas temem, o que é lamentável. E eu tenho saudade dos velhos tempos em que o povo tinha confiança nas Forças Armadas. Quantas vezes eu mesmo proclamei neste País uma coisa que ainda quero ter satisfação de proclamar: a grande confiança que devemos manter no nosso Exército, de formação democrática, de homens que vêm do povo, de homens que defendem a legalidade, legalidade que permitiu a posse de Juscelino Kubitschek, que permitiu a posse de João Goulart. Isto era o apanágio das nossas Forças Armadas. E eu não quero morrer sem que possa dizer isto outra vez, porque, estou certo de que as Polícias e as Forças Armadas podem ter no seu seio grupos de torturadores e assassinos, que são como quistos que precisa ser delas extirpados, mas elas são também constituídas por filhos do nosso povo.

O meu desejo então é deixar aqui, ao terminar, um apelo à Comissão, para que ela se empenhe seriamente, com força, no sentido de que se crie uma mentalidade no Poder Legislativo e nos órgãos do Governo, uma mentalidade que não significa da minha parte uma adesão ao Governo, porque eu sou mesmo da oposição, represento o meu apelo ao desejo do Presidente João Figueiredo, de que esses fatos sejam apurados. Creio que o Poder Legislativo, através de seus representantes, podem tomar uma posição firme e dar ao povo aquilo que todos desejam, a liberdade para pensar, trabalhar e viver.

O Presidente João Figueiredo — e eu o digo aqui com todo o respeito — não contribui para a solução desses problemas apenas oferecendo a sua cabeça. Não, Não podemos nunca esquecer que, em 1954, o Presidente Getúlio Vargas — aqui está o Senador Tancredo Neves para dizer se eu estou sendo correto — preocupado, traumatizado diante de tudo o que ocorria no País, resolveu fazer o extremo sacrifício, dando a sua vida para ver se contornava a situação, ou melhor, para ver se continha os impulsos daqueles que queriam derrubar o seu Governo. Não foi suficiente. Morreu, e eles foram em frente; o que aconteceu os Srs. sabem. Muito bem! Se o Presidente João Figueiredo reconhece que os terroristas de direita que aí estão hoje querem atingir a sua cabeça, o seu Governo, e ele apenas se oferece para receber as bombas, ele não está contribuindo para resolver a situação, para dar ao povo a democracia que o povo pede e merece. Ele tem que, ao lado disso, tomar posição firme; através de seus auxiliares lo-

calizar esses verdadeiros assassinos, inimigos da Pátria, apontá-los à execração do povo e entregá-los à Justiça. Este é o caminho correto para devolver ao povo as garantias democráticas, o direito de pensar livremente e de contribuir com todos para o bem coletivo.

Muito obrigado, Senhores membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Concluído o depoimento do Sr. Dimas Perrin, passa-se ao período destinado a perguntas.

Antes de passar a palavra ao ilustre Relator e aos demais membros desta Comissão e outros Srs. Parlamentares que irão proceder às suas perguntas ao Sr. Dimas Perrin, esta Presidência se permite proceder a uma pergunta a S. S.^a, porque vem ela de um telefonema que eu recebi do jornalista Hélio Fernandes, no dia da ocorrência a sua empresa.

Quando uma representação da nossa Comissão deslocou-se para o Rio de Janeiro, para verificar o atentado sofrido pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, e já ao final, podemos assim dizer, da visita e dos contatos que mantivemos no Rio de Janeiro, já quando estavam apenas o Presidente e o Deputado Péricles Gonçalves, na ABI, nós ouvimos do jornalista Hélio Fernandes que ele havia sido procurado por determinadas empresas gráficas que se propuseram a imprimir o seu jornal. Mas que depois essas pessoas, esses empresários recuaram, em virtude das ameaças sofridas. Esse depoimento feito no Rio de Janeiro, a mim e ao Deputado Péricles Gonçalves, o Sr. jornalista Hélio Fernandes repetiu aqui, perante esta Comissão. E, perguntado se poderia declinar os nomes, ele disse que não era possível, porque iria colocar em risco essas pessoas. Mas, afirmou perante esta Comissão aquilo que havia anteriormente a nós declarado, de que as pessoas e algumas empresas gráficas que haviam proposto espontaneamente a ele imprimir o seu jornal, já que as máquinas da *Tribuna da Imprensa* estavam danificadas, esses proprietários de gráficas recuaram depois, em virtude das ameaças sofridas.

Assim, eu pergunto a V. S.^a se houve da sua parte esta proposição espontânea de imprimir o jornal *Tribuna da Imprensa*, porquanto o jornalista Hélio Fernandes, no dia da ocorrência em sua empresa, telefonou a mim, dizendo que se tratava a sua empresa de uma daquelas a quem ele havia se referido. E como agora já estava o ato praticado, ele não tinha porque mais esconder o nome em relação à sua empresa. Daí a nossa pergunta, se de fato houve, da sua parte, espontaneamente ao Hélio Fernandes, de imprimir o seu jornal a *Tribuna da Imprensa*, ou se ele o procurou para que isso o fizesse. Terceiro, se V. S.^a sofreu alguma ameaça com relação a um procedimento que poderia ocorrer em imprimindo o jornal, *Tribuna da Imprensa*, em sua gráfica.

O SR. DIMAS PERRIN — Eu estava em Belo Horizonte, e meu filho, que ficou no Rio de Janeiro, me telefonou dizendo que uma pessoa em nome do Jornalista Hélio Fernandes havia me procurado na firma, para saber se ela poderia imprimir o jornal. Ele queria ouvir a minha opinião. Eu disse: "tecnicamente, a gráfica não pode imprimir o jornal do Hélio Fernandes". Eu imaginei que era naquele tamanho normal dele, então não daria. Agora, talvez até desse, porque ele está fazendo menor. Eu disse a ele: "você deve dizer que nós não temos condições". Essa foi a resposta que ele deu.

Logo que eu cheguei ao Rio de Janeiro, muitas pessoas me disseram isso: "aconteceu, porque você estava imprimindo o jornal do Hélio Fernandes, a *Tribuna da Imprensa*." Eu disse: "não, pode ter acontecido porque ele pensou em fazer aquilo, mas não chegamos a fazer."

O outro aspecto da pergunta de V. Ex.^a se refere a que se eu teria sofrido alguma pressão. Devo dizer que não sofri pressão, e que também meu filho não sofreu pressão no Rio de Janeiro. Eu, se me permite opinar a respeito, talvez não tenha sofrido pressão, porque já sou conhecido como pessoa que não aceitaria a pressão. Talvez fosse até pior me fazer pressão, porque eu poderia denunciar a pressão às autoridades e ao público. É possível então que haja vinculação; não me fizeram pressão verbal, mas fizeram uma, mandando a bomba.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Dou a palavra ao nobre relator.

O SR. RELATOR (Ítalo Conti) — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Não havendo pergunta a ser formulada pelo ilustre relator, passa-se a lista de inscrição.

Com a palavra o Deputado Péricles Gonçalves.

O SR. PÉRICLES GONÇALVES — Eu saúdo o depoente, principalmente pelo seu estoicismo, pela luta que tem enfrentado em defesa dos seus ideais.

S. S.^a, no seu depoimento, citou dois fatos que eu, por um dever de ofício, por fazer parte da comissão, por ter tido o prazer de visitá-lo no Rio em companhia de S. Ex.^a o Presidente desta comissão e posteriormente lá estando em companhia do Deputado Modesto da Silveira, tivemos oportunidade de perquirir, de indagar, de sindicair, de investigar.

E, para esclarecimento de S. S.^a, eu não posso me furtar de dizer que na minha bagagem eu tenho 37 anos de vida policial, fui também até um serventuário da DOPS.

Tenho, sem falsa modesta, capacidade e condição de fazer investigações. Agora, para sua tranquilidade, quero lhe dizer que a investigação policial neste ramo de atividade é muito difícil e muitas vezes dificultada pela própria natureza da pessoa física, da pessoa humana, que se recusa sistematicamente a servir de testemunha; não só por medo, talvez seja até pelo cumprimento da lei de menor esforço, a pessoa não gosta de se envolver. E abro até um parêntese para ilustrar que muitas vezes, nas nossas investigações, em casos de acidentes, de desastres, de crimes, é comum a gente assistir pessoas fazerem comentários sobre o delito como assistiu e, ao ser inquirido, no calor do fato, no calor dos acontecimentos, a testemunha diz que não viu nada e que estava a repetir o que já ouvira de outro.

Isso é para tranquilizá-lo de que mais em defesa nossa, desta comissão, mais em defesa das pessoas que formam esta comissão, do que propriamente em defesa do órgão policial, eu quero dizer a S. S.^a que é de fato difícil a apuração, porque nós estamos de fato absolutamente dentro da lei, embora, a lei também não nos proíba de pensar que às vezes nos dá vontade de torturar os torturadores, embora a lei não nos impeça de que, pela crueldade, pela covardia, pela indignidade desses que põem capuz, porque são covardes, não assumem, nos dá vontade, também, de jogar bomba na casa desses bombardeadores da coisa alheia.

A dificuldade que nós temos, Sr. Depoente, e o Deputado Modesto da Silveira é testemunha ocular, porque participou comigo de todas as andanças, ele até teve uma frase muito interessante, diz que entrou mais na DOPS do que muitos policiais que lá trabalham, no Rio de Janeiro; ele assistiu a nossa intimidade com a polícia, a nossa intimidade com ponderável parcela da população. Mas na hora do disse que, na hora do depoimento, na hora da tomada do termo de declaração, aí a dificuldade foi maior, porque o depoente sempre alega que não viu nada, não quer se envolver, por medo ou por comodismo.

Temos contra nós também; me permitem, não os Srs. representantes da imprensa, mas sobretudo até os Srs. da comissão, temos dificuldades até com a própria imprensa. Nós vivemos num País estranho, num País em que a imprensa reclamava liberdade, precisava de liberdade, e que hoje a gente entristecido vê a exaltação de um bandido internacional, de um assaltante de vagão, em Londres, ser tratado aqui como herói internacional. Então, dentro desse contexto, dentro de tudo isso que a gente vê, e que a imprensa também é causadora de certas dúvidas que nós todos às vezes alimentamos, V. Ex.^a alimentou um, sobre a casa de Jatobá, de que um dos elementos que estava guardando a mulher era sequestrador. Isso é uma mentira grossa, porque até agora a coisa não foi realmente apurada como devia.

Mas não quero fazer pergunta nenhuma, apenas saudá-lo e dizer que a Comissão está realmente interessada em apurar. Nós não temos prazo para isso. Nós, com o conhecimento que temos no Rio de Janeiro, fizemos apelo patético, até pela televisão — e o Deputado Modesto da Silveira assistiu — no sentido de que nos dessem informações, informações seguras, mesmo que fosse no anonimato.

Isso é para demonstrar a V. Ex.^a, Sr. Depoente, que o interesse que nós nutrimos não é saber da sua ideologia, porque isso pouco interessa a nós. Nós o consideramos apenas e tão somente vítima de uma covardia que tem que acabar a qualquer preço.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale). — Cóncedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Dias.

O SR. ERASMO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Congressistas e caro depoente:

Ouvi atentamente o depoimento de V. S.^a e gostaria de fazer algumas observações, um tanto quanto breves, já que sendo o pressuposto desta CPI de realmente contribuir para esclarecer os atentados que ultimamente têm intranquilizado a Nação e cuja conotação já temos deixado claro, de alto e bom som, homem de direita que somos, de que há realmente algumas explosões, que se identificam com a minha posição de direita, de ultradireita, mas que nem por isso devemos deixar de, como ci-

dadão, homem responsável desta Nação, repudiar sobre todo e qualquer pretexto, mas dentro deste quadro também muito interessado em, analisando o comportamento terrorista de direita de hoje, nunca deixar de perder de vista o comportamento de terrorismo de esquerda, de passado não muito remoto, para que numa análise geral e global possamos realmente contribuir, porque qual é a mão assassina que hoje empunha? Se é de direita, pode ser também de esquerda. E quem dirá que amanhã ou depois, ou dentro deste outro atentado, a mão esquerda não esteja empunhando? Tudo está no terreno das hipóteses. Há realmente um quadro geral onde se identifica um certo posicionamento ideológico a que não poderíamos fugir ao colocá-lo dentro do quadro geral, conhecendo de sobejo o terrorismo de esquerda como o terrorismo de direita.

Mas diz V. S.^a, inclusive, na análise do comportamento da própria esquerda, que a esquerda do Brasil partiu de certos dados falsos e tomou certas posições errôneas e tudo indica que tenha tomado algum posicionamento errado dentro do contexto geral do que ela pretendia. Eu também digo a V. Ex.^a, a nossa direita também poderá ter tido hoje, no passado, no futuro, certas posições errôneas. Também é um direito que nós temos. Da mesma forma, diz que o apoio do Governo foi muito poderoso contra a ação da esquerda, e que seria um tanto quanto incapaz, atualmente, na ação contra o que V. S.^a qualificou como atentado da ultradireita.

Apelou V. S.^a aqui para a retomada de uma confiança nas Forças Armadas, nas polícias, que hoje teriam quistos de torturadores e assassinos. É fato notório que a sua esquerda de tempos não muito remotos, teve assassinos de todo tipo, que a título de fazer justiça mataram inocentes e até companheiros da própria esquerda, numa guerra suja, imunda, que, infelizmente, às vezes V. S.^a, como bem retratou, algum quisto da direita, como foi a sua tortura muito bem documentada, que acredito seja verdade. Lamento profundamente que esta Nação não tenha tido quem se dispusesse a escrever os atentados estúpidos da esquerda comunista que ensanguentou esta nação. Aliás, nesta CPI mesmo já levantei esta minha grande preocupação, esta minha angústia, de que até hoje não se escreveu o lado negro. E agora, no momento em que o País dá um passo à frente na democracia, diuturnamente vemos um depoimento deste tipo, dos quais concordamos, em absoluto. O livro do Lamarca, do Gabeira, e outros tantos, dos quais eu também tenho lido. E cada vez que eu leio uma tortura desta, que repudio, talvez seja mesmo um quisto que tenha estado infiltrado e mal conduzido, tal como robôs. Como robôs também foram uma centena de integrantes da VPR, que mataram, assassinaram e ensanguentaram esta nação. É o velho problema. Lado a lado, talvez, numa balança, não sei para quem penderia.

Mas, o que quero fazer, talvez aqui fosse oportuno fazer através de uma questão de ordem, eu o faço respondendo a tudo isso.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas

A Carta Magna estatui em seu artigo 91 que, "As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

No seu artigo 8.º, inciso VIII estabelece que cabe à polícia federal "apurar infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, etc.". Em seu artigo 13, § 4.º, estabelece que cabe às polícias militares nos Estados a "manutenção da ordem pública" sendo consideradas "forças auxiliares, reservas do Exército".

A Lei de Segurança Nacional estabelece em seu artigo 3.º que, "Segurança Nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive à prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva". Nesse artigo, em seus parágrafos de 1 a 3, conceitua o que sejam segurança interna, guerra psicológica e guerra revolucionária, estabelecendo em seu artigo 5.º que "na aplicação desta lei o Juiz ou tribunal deverá inspirar-se nos conceitos básicos da Segurança Nacional definidos nos artigos anteriores".

O Decreto-lei n.º 667 de 2-7-69 em seu artigo 3.º, define que as polícias militares são "instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna" nos Estados, cabendo-lhes atuar preventiva e repressivamente em caso de "perturbação da ordem precedendo o eventual emprego das Forças Armadas" — bem como "atender à convocação do Governo Federal" em caso de grave subversão da ordem.

Verifica-se pois que à luz da legislação vigente, no campo da segurança nacional, segurança interna e segurança pública, existe íntima ligação de responsabilidades entre as polícias militares, polícia federal e Forças Armadas. A interveniência desta

última, poderia apenas ser dependente do grau latente de ameaças existentes no campo da segurança interna, que no nosso entender, já existem. Aliás, a própria finalidade desta CPI, "examinar a escalada da ação terrorista que se desenvolve no País, com o claro objetivo de impedir o processo de normalização democrática" é indicativo de certo grau de ameaça à segurança interna que exige medidas preventivas e repressivas que devam mobilizar toda a Nação particularmente às Forças Armadas. Da mesma forma, o posicionamento público dos Partidos Políticos da Oposição, da própria OAB e de outros setores representativos da sociedade brasileira, vez por outra ensejando convivência ou omissão dos órgãos do Governo no que diz respeito à apuração de responsabilidades quanto aos atentados terroristas, exigem uma tomada de posição clara e lúcida por parte do próprio Governo.

Assim, entendemos que os crimes terroristas, envolvendo concepções, ideologias e metodologias específicas, exigem da mesma forma outras tantas concepções e metodologias para combatê-los, que não se enquadram na metodologia um tanto quanto simplista dos códigos de processo dos crimes comuns, bem como na atuação um tanto quanto restrita e limitativa de nossas Polícias. Em passado não muito remoto, quando o terrorismo comunista ensanguentou esta Nação, com sua doutrina espúria e anti-humana de que "assassinar, era fazer justiça", eliminando além de inocentes, inclusive seus próprios companheiros, durante longo tempo, seu combate foi infrutífero e desesperador para os órgãos responsáveis, em particular para as nossas polícias. Quando dentro do contexto já citado de segurança nacional e segurança interna, as Forças Armadas passaram a coordenar, supervisionar e dirigir no campo da informação e da operação os órgãos de segurança no combate ao terrorismo, este foi inapelavelmente vencido.

Ante o exposto, propomos que esta CPI, ouvido seu plenário, submeta ao Governo Federal proposta de assumirem as Forças Armadas, coordenando, supervisionando e dirigindo no campo das informações e das operações os órgãos de segurança federais e estaduais, o combate à escalada terrorista, com isso dando demonstração inequívoca de que não está o Governo omissivo, disposto a apontar à Opinião Pública e à Justiça os seus responsáveis, indignos de pertencerem a sociedades humana e cristã de nossa gente.

Nestes termos, pede deferimento — **Erasmus Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência recebe e tão logo ao final das perguntas que serão endereçadas ao nosso depoente, nós vamos colocar a matéria em discussão e votação.

Com a palavra o Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Permita-me cumprimentar o ilustre depoente, que mais uma vez, realmente até me comove. Eu vim à conhecer o acusado e gostaria até de me tornar um amigo íntimo do depoente. Aliás, antes desse fato, em certo momento, lá por volta de 1967, a sua família me procurou para expor a situação do depoente, homem perseguido, com essa história toda que ele contou de luta em defesa do trabalhador, do sindicato, advogado sindical que foi. E depois expôs a forma pela qual ele estava sendo perseguido e me consultava. E eu, na ocasião, contrariamente aos meus hábitos, aos hábitos dos advogados, eu próprio sugeri à família que em primeiro lugar procurasse um outro advogado, porque eu já era advogado de várias pessoas no mesmo processo, um processo que envolvia quase 70 pessoas acusadas de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro e, nessa ocasião, eu dizia que já era advogado de alguns e temia que pudesse haver uma colisão de defesa e sugeri que procurassem um outro advogado da confiança da família. Mas, no desespero em que a família estava, me consultando, eu próprio aconselhei ao acusado a fugir, se possível, isso porque a minha velha experiência mostrava que as pessoas morriam freqüentemente nos organismos de repressão, seja da polícia ou seja das próprias Forças Armadas.

Pois bem, suponho que, na ocasião, o acusado tenha fugido, pelo recado ou pelo conselho que dei contrariamente aos hábitos de todos os advogados. E, na verdade, quando esse processo chegou na Justiça, pudemos, ainda em fase de inquérito, ver alguns dos acusados, outros não, só foram vistos pelas câmaras de televisão e outros, quando os vimos, meses depois, ainda carregavam as marcas da tortura e muitos deles para sempre.

O nobre acusado, quando eu o vi, já na Justiça, eu não era seu advogado, mas quando o vi na Justiça tive a sensação de que esse homem andou, realmente, no limiar da morte. E naquele processo de menos de 70 pessoas, ali desapareceram, foram desaparecidos e certamente mortos, hoje já não há mais nenhuma dúvida quanto a isso, pelo menos 7 pessoas. Dentre elas, 4 eram clientes meus. Por exemplo, David Capistrano, Inácio Maranhão Filho, Itair José Veloso e José Costa. E outros três faleceram. Outros saíram até marcados física e psiquicamente, como o ex-Deputado Marco Antônio Coelho — se não me engano, Deputado Constituinte em 1946, me parece.

E este homem, como outros que eu vi, certamente andaram muito perto da morte, num processo que, por coincidência, trans-

creveu aqui muito bem numa espécie de fotocópia — não sei — do *Jornal do Brasil*. Num processo em que eu salientava, mostrando uma série de coincidências e mostrando, também, como se montam processos contra cidadãos de bem. Não quer dizer que todo cidadão que tenha passado por lá tenha sofrido uma montagem desse tipo, mas já mostrei como depoimentos de quase todos era uma verdadeira fotocópia, era uma fotocópia até na ordem do depoimento. Evidentemente, o que esse homem, que me comoveu tanto naquela época, e outros homens, quando alegaram que assinaram até papéis em branco, outros assinavam depoimentos que vinham batidos e ele necessariamente tinha que assinar, sob pena de nunca mais poder assinar mais nada, quando eu mostrava aquilo, exibia, examinei detidamente todas as coincidências dos processos e uma delas era mostrar que dentre mais de cem depoimentos que havia, eram uma verdadeira fotocópia, até na ordem de dizer e a vírgula no lugar de vírgula, etc.

Em cima de uma farsa de processo como esse e de muitos outros que eu vi, nem todos eram farsa, mas em cima disso, podemos submeter ao crivo da Justiça e todos, inclusive o Sr. Luís Carlos Prestes, que era o cabeça do processo, mas todos foram absolvidos na primeira instância, que foi a 2.ª auditoria da Marinha, e a absolvição confirmada pelo Supremo Tribunal Militar.

O ilustre depoente, como era advogado, teve o privilégio de partilhar com o seu advogado de então a sua própria defesa. E o que esse homem me disse no julgamento, isso não está aqui, porque era uma improvisação, o que esse homem me disse deixou a todos nós absolutamente arrasados e os juizes militares com vergonha e tão sensibilizados, que muitos deles viraram a cadeira giratória para disfarçar as suas lágrimas.

Este homem, aquela altura, realmente comoveu talvez até algum torturador que estivesse ali sentado para assistir ao julgamento. Hoje, ele vem, com essa simplicidade, colocar o seu problema e, com toda a honestidade, dizer que é um socialista. Mas isso não implica, isso espontaneamente qualquer um pode dizer, usando a sua liberdade de crença, de fé que a Constituição lhe assegura, mas entre isso e querer fazer vinculações subjetivas, há fatos, aliás dos quais ele sofreu, já tem sido vítima, é cair num abismo e daí até o meu cumprimento a V. Ex.ª fazer, extrair uma pergunta realmente, absolutamente legal.

Este homem que aqui vem prestar esclarecimentos, tem um retrato de corpo inteiro em si. Eu o vi depois preso lá junto dos outros, depois de passar por todo aquele terror, aquele inferno pelo qual ele passou dentro da polícia política, no DOI-CODI e depois nas prisões, um homem que já devia estar extremamente amargurado, vingativo e revanchista, esse homem guardou a mesma serenidade com que o vemos aqui.

Eu, sinceramente, me sentia amesquinhado, porque a revolta, apesar dos anos de sofrimento e luta contra este tipo de terror, não interessa de onde venha, porque qualquer tipo de violência ao ser humano é sempre uma violência, não importa de onde parta.

Mas eu me sentia até amesquinhado de ver aquele homem que acabava de sofrer, que carregava no corpo as marcas da tortura e da violência, e ele com a mesma paz, com a mesma tranquilidade com que ele escrevia na mesma época coisas deste tipo.

Está aqui uma carta, uma das inúmeras cartas que ele escreveu de dentro da prisão, censuradas que eram na época, coisas deste tipo:

Querida esposa e queridos filhos,

Aqui tudo continua na mesma. Não há novidade. Ansiosamente espero que vocês me mandem dizer alguma coisa agradável. No mais o que existe é aquela saudade danada, aquela vontade de estar perto de vocês, vontade que não tem tamanho e cada dia é maior.

O rádio não está ligando nem desligando. A rodinha está bamba. Não precisam se incomodar com o conserto, agora, porque os colegas de cela arranjaram outro.

Saibam que não me esqueço de vocês um só momento. E assim há de ser até o último momento de minha vida. Quero que compreendam a minha situação atual como um episódio da vida e não como o fim da vida. Estarei feliz se souber que estão felizes. Um dia que não tardará a chegar nos reuniremos de novo.

Enquanto isto, peço a meus filhos que não se descuidem dos estudos nem da saúde da boa mãezinha que possuem.

Estudar, trabalhar, viver com honestidade, sem ostentação; ser compreensivo para com os erros que todos cometem e jamais abrigar o ódio no coração, é uma boa maneira de viver.

O tempo é o melhor julgador de nossos atos. Por mais difíceis que sejam as circunstâncias em que nos encontramos, é preferível ver as coisas com bondade do que com raiva. A bondade é que fará um dia a humanidade feliz.

Tenham sempre confiança no futuro. Dimas. 01-07-74.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Com a palavra o nobre Deputado Raymundo Diniz.

O SR. RAYMUNDO DINIZ — Sr. Presidente, Colegas de Comissão, meu caro depoente:

Não era, realmente, meu objetivo inicialmente fazer qualquer pergunta ou tecer algumas considerações, mas confesso que me impressionou profundamente a figura do depoente.

E até divirjo de Sebastião Nery no que diz na "orelha de rosto", quando faz uma comparação que o depoente parece metade Guevara e metade São Francisco. Ele tem um percentual muito maior da parte de São Francisco.

O objetivo fundamental, Sr. Presidente, desta minha intervenção refere-se ao incidente que eu diria processual. Não me surpreendeu a ponderação feita pelo Deputado Modesto da Silveira, e eu tenho absoluta razão em dizer isto, porque todos estão lembrados de que na primeira reunião da nossa comissão eu sugeri a exclusão do nome de Carlos Prestes de ser convocado para esta comissão. E por que sugeri? Porque achava que aquilo era trazer para esta comissão a discussão do problema doutrinário, que não é o objetivo desta Comissão, que tem o objetivo da apuração.

Portanto, solidarizo-me com a decisão de V. Ex.^a, mas quero também fazer uma ressalva: também estou convencido de que não houve nenhuma intenção do nobre Relator na formulação da pergunta, tentando como se parecesse armar uma esparrela. Não. Não foi isto. Estou certo de que ele, querendo chegar a conclusões, estabeleceu premissas que fugiam àquela resposta pura e simples, não se levando àquilo que chamamos em Direito de indução à resposta, o que ficou estabelecido. Estou convencido e tenho a certeza que é o pensamento de todos nós, membros da Comissão, que o nobre Relator Italo Conti não teve qualquer intenção outra senão de procurar realmente se inteirar para proferir a sua posterior apreciação em suas observações.

Era somente esta a observação que queria fazer, ao tempo em que congratulo-me com o depoente pela singeleza, a sinceridade e a simplicidade das suas palavras, reafirmando aquilo de que vejo muito mais de São Francisco do que Che Guevara em V. Ex.^a

O SR. DIMAS PERRIN — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A Presidência, agradecendo a interferência do nobre Deputado Raymundo Diniz em

relação à decisão por nós adotada, e também com a ressalva feita em relação à maneira com que levou o nosso ilustre Relator a formular perguntas ao depoente; nós que conhecemos o Deputado Italo Conti acreditamos que, absolutamente, de fato não houve outra intenção de S. Ex.^a a não ser esclarecer. É um homem autêntico e que, sem dúvida alguma não pairava como não paira no seu espírito nenhum outro desejo senão aquele de melhor apurar os fatos. Sendo assim acredito que desta forma que a Comissão vê a intervenção do ilustre Deputado Relator desta Comissão, tão bem esposada pelo Deputado Raymundo Diniz.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA — Reconheço o que V. Ex.^a acaba de afirmar, e é natural que S. Ex.^a o nobre Deputado Italo Conti, não sendo jurista, sendo um General das nossas Forças Armadas, não esteja afeito a essas questões processualísticas, como o nobre Deputado Raymundo Diniz acaba de dizer e reconhecemos, também, o que V. Ex.^a acaba de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Gostaríamos, antes de encerrar a nossa sessão, de colocar em discussão a proposição também elaborada pelo ilustre Deputado Erasmo Dias, que aliás foi objeto de apreciação feita por S. Ex.^a na nossa sessão anterior e que agora ele formaliza e encaminha a esta Presidência.

Lamentavelmente, estamos apenas com cinco membros nesta Comissão para que pudéssemos decidir esta matéria, que considero importante e que acredito mesmo que terá, sem dúvida alguma, aprovação desta CPI. Mas, em virtude da falta de número, vamos deixar de submetê-la no momento, mas esperamos fazê-lo na primeira oportunidade, ou seja, na nona reunião desta comissão, porque sem dúvida alguma é uma matéria que reconhecemos oportuna e importante.

O SR. RAYMUNDO DINIZ — Peço, a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Pois não.

O SR. RAYMUNDO DINIZ — Como não está aqui o ilustre Deputado Italo Conti, sugeriria a V. Ex.^a que mandasse para S. Ex.^a a transcrição dessa parte final dos nossos trabalhos, onde toda a Comissão expressou o seu pensamento em relação aos acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — V. Ex.^a será atendido.

Com os nossos agradecimentos ao depoente, encerramos a nossa oitava reunião desta CPI.

Está encerrada a reunião.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 66

Está circulando o nº 66 da REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 348 páginas, apresenta as seguintes matérias:

Técnica de la formulación de las Constituciones — *Segundo V. Linares Quintana*.

Em torno das idéias constitucionalistas de João Mangabeira — *Arx Tourinho*.

Liberdade e poder regulamentar — *Geraldo Ataliba*.

O Controle da constitucionalidade das leis na República Federal da Alemanha e no Brasil — um estudo de Direito Constitucional comparado — *João Batista de Oliveira Rocha*.

Medidas de emergência e estado de emergência — *Osmar Alves de Melo*.

O princípio da liberdade na prestação jurisdicional — *José Ignácio Botelho de Mesquita*.

A liberdade e o direito à intimidade — *René Ariel Dotti*.

O contencioso diplomático e os recursos de direito interno — *Antônio Augusto Cançado Trindade*.

Poluição e responsabilidade no Direito brasileiro — *Antônio Chaves*.

O controle administrativo da empresa pública e sociedade de economia mista, no Direito brasileiro — *Fides Angélica Ommati*.

O dirigismo econômico e o direito contratual — *Carlos Alberto Bittar*.

Do contrato de adesão no Direito brasileiro — *Arnoldo Wald*.

Terrorismo — *William Clifford*.

Violência nas prisões — *Armida Bergamini Miotto*.

Direito Agrário — novas dimensões (A Lei nº 6.739/79) — *Otávio Mendonça*.

Notas sobre trabalho e trabalhador agrícola no Brasil — *Vilma de Figueiredo*.

A nova lei do comércio exterior nos EUA — *Luiz Gastão Paes de Barros Leães*.

Da afronta ao sistema de incidência única na tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos — *Carlos Walberto Chaves Rosas*.

A Revista pode ser adquirida na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal — 22º andar — Brasília — DF
ou pelo REEMBOLSO POSTAL (CEP: 70160).

PREÇO: Cr\$ 120,00

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	2.000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	2.000,00
Ano	Cr\$	4.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 950.052/5, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00